



Relatório de Gestão 2011

Volume I



7171764



050447

2012-05-04

MUNICÍPIO DE LOURES
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Vereador

Ricardo Leão

11/2/12

Exmo. Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Loures

Eng.º Carlos Teixeira

A DDA
L.º 12
P

Of. 096/AM/MT

Data: 2012-04-27

ASS: PROPOSTA N.º 196/2012 – Demonstrações Financeiras, Relatório de Gestão, Demonstrações Financeiras consolidadas e Relatório de Gestão consolidado relativos ao exercício de 2011, da Câmara Municipal de Loures. (Apreciação e votação nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com o estabelecido no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e no n.º 2 do Capítulo 2 do POCAL). Proposta da Câmara Municipal.

Junto se devolve a V. Excia. o assunto referido em epígrafe, após aprovação concedida pela Assembleia Municipal de Loures, na 2.ª Sessão Ordinária, realizada em 2012-04-26.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente da Assembleia Municipal de Loures

K R K L

Pedro Farmhouse

010300/MT

A C. V. R. L.
para cumprimento e efeitos.
2012.05.04
P
p.º Sr. Presidente

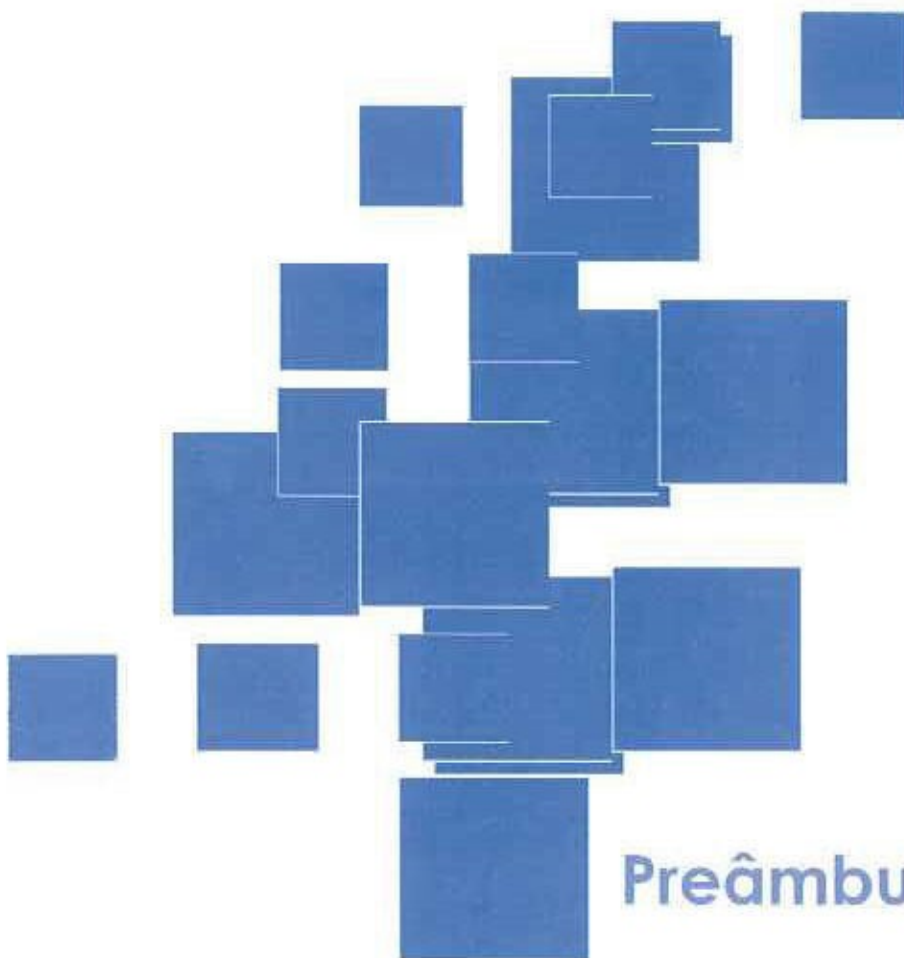



Índice

Volume I

	págs.
Preâmbulo	II
Apresentação geral e metodologia	01
Gestão de meios humanos	04
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2011	22
Análise económica e financeira	24
Execução orçamental	81
Contabilidade de custos	145

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Preâmbulo

O presente relatório de Gestão pretende de forma rigorosa apresentar e descrever as atividades realizadas, em 2011, pelos serviços municipais nas diversas áreas, bem como apresentar uma análise orçamental, patrimonial e analítica de acordo com as normas estabelecidas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL).

Na continuidade de uma conjuntura macroeconómica desfavorável o município manteve a opção de um maior rigor na afetação dos recursos públicos às atribuições e competências definidas assim como à capacidade de resposta às dificuldades da população de Loures, contribuindo significativamente para a sustentabilidade económica e financeira, sem contudo menosprezar as necessidades prementes dos cidadãos de Loures.

Neste sentido importa apresentar resumidamente os dados patrimoniais e orçamentais relativos a 31 de dezembro de 2011:

- ✓ O resultado Líquido em 2011 continua a ser positivo na ordem dos 9.673.393,49€;
- ✓ O facto dos resultados operacionais apresentaram valores positivos na ordem dos 12.345.636€, influenciados por um lado, pela manutenção das medidas de contenção impostas na organização, nomeadamente ao nível das despesa de recursos humanos e fornecimentos e serviços externos, este últimos reduziram em relação ao ano transato cerca de 1,6M€. Por outro, os proveitos operacionais registam quebras na ordem dos 11M€, essencialmente justificados pela diminuição dos impostos e taxas dos quais se destacam o Imposto Municipal sobre Transações Onerosa de Imóveis (-4.9M€), a derrama (-2.5M€) e as taxas, nomeadamente referentes a loteamento e obras (-6.4M€);
- ✓ A redução da dívida global a terceiros da autarquia, em cerca de 3,5M€.

- que inclui nomeadamente a redução da dívida bancária em 1M€;
- ✓ Os resultados financeiros são positivos em 31 de dezembro de 2011, já os resultados extraordinários são negativos em 2.8M€ devido aos custos e perdas extraordinários;
 - ✓ O rácio de liquidez geral aumentou relativamente ao período homólogo;
 - ✓ A manutenção da capacidade de endividamento face à lei em vigor, sendo que o endividamento líquido é zero e o endividamento de médio e longo prazo cifra-se em 21.3M€ tendo o município ficado ainda com margens de 11.7M€ e 10.9M€ respetivamente;
 - ✓ Ao nível orçamental o município apresenta uma taxa de execução da receita na ordem dos 69.12%;
 - ✓ As receitas da autarquia decresceram, com maior incidência nas receitas correntes (6.5M€), provenientes de impostos diretos e indiretos;
 - ✓ Durante o ano 2011 o município de Loures recorreu ao crédito bancário no valor de 4,8M€ contudo amortizou em empréstimos bancários a médio e longo prazo cerca de 5,8M€;
 - ✓ A redução da despesa realizada na ordem dos 3,9M€ deveu-se às despesas de pessoal (-2,2M€), por força do n.º1 do artigo 19.º da Lei n.º55-A/2010 de 31 de dezembro, e às despesas de aquisição de bens e serviços;
 - ✓ As aquisições de bens de capital representam 9,9% do total da despesa;
 - ✓ As transferências para as Juntas de freguesia representam 10,6% do total da despesa.


- ✓ A taxa de execução das Opções do Plano é de 63,3%, pois de uma dotação de 81,2M€ foram realizados 51,4M€. Em relação ao Plano Plurianual de Investimento a taxa de execução foi de 48,7%;
- ✓ A poupança estrutural diminui 4,9 M€ em relação ao ano de 2010, pois a receita estrutural diminui 6,7 M€ face à diminuição de 1,8 M€ de euros da despesa estrutural;
- ✓ O princípio do equilíbrio orçamental foi cumprido pois o rácio de cobertura das despesas correntes pelas receitas correntes é de 1,11;
- ✓ A autarquia de Loures tem um total de colaboradores de 2.180, decresceu relativamente ao ano de 2010 em cerca de 2%.

A gestão criteriosa e equilibrada permitiu a continuidade da capacidade de resposta a necessidades da população de Loures em consonância com as opções estratégica e as políticas definidas pelo Executivo, das quais se destacam as seguintes áreas:

- ✓ Segurança e ordem pública – Apoio financeiro às sete cooperações de bombeiros;
- ✓ Rede escolar concelhia - Escola EB1 nº 1 de Moscavide;
- ✓ Serviços auxiliares de ensino (transportes escolares, enriquecimento curricular, serviço de apoio à família e auxílios económicos);
- ✓ Incentivo e promoção da melhoria do parque habitacional consubstanciado no apoio a estratos sócioeconómicos carenciados;

- ✓ Ordenamento do território na continuação do projeto rodinhas / linha azul;
- ✓ Ampliação dos cemitérios de Fanhões e paroquial do Arneiro em Bucelas bem como a casa mortuária de Fanhões;
- ✓ Serviços culturais, recreativos e religiosos na concretização de projetos na leitura pública, música, teatro, tradições regionais, comemorações e museologia nomeadamente o Museu do vinho e da vinha;
- ✓ Desporto, recreio e lazer - Conceção/execução de pisos sintéticos em campo de futebol, programa desporto mais, torneio inter-escolas, desporto sénior e desporto aventura;
- ✓ Atividades cívicas e religiosas na concretização de projetos como viver a juventude, intercâmbios juvenis, passeio sénior e apoio a diversas instituições no âmbito das parcerias diversas;
- ✓ Promoção da florestação;
- ✓ Transportes e comunicações – Acesso ao hospital, muros de suporte e trabalhos complementares, sinalização e arruamentos;
- ✓ Divulgação de iniciativas turísticas – Dia mundial do turismo, festival do caracol soloio e o carnaval.

Quero reiterar o meu reconhecimento à Assembleia Municipal e ao seu presidente, pela forma com tem assegurado o relacionamento institucional com o Executivo que presido bem como a todos os vereadores eleitos sem exceção que contribuíram na promoção e salvaguarda dos interesses superiores das populações de Loures.



Também aos Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, agradeço a sua disponibilidade, empenho e dedicação na concretização dos objetivos traçados pelo Executivo Municipal que lidero.

Aos trabalhadores do município que apesar de vivermos tempos de alguma incerteza e contenção, reconheço a sua dedicação e zelo profissional no desempenho das suas funções.

Loures, 03 de Abril de 2012

O Presidente da Câmara



Carlos Teixeira

Handwritten signature



Apresentação Geral e Metodologia



Apresentação Geral e Metodologia

Em cumprimento do estipulado no ponto 13, do Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de Fevereiro, procedeu-se à elaboração do presente Relatório de Gestão relativamente ao ano económico de 2011, para efeitos de apreciação, pelos Órgãos Autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal, nos termos do disposto no art.º 64, n.º 2, alínea e), e 49º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos documentos de Prestação de Contas (Balanço e Demonstração de Resultados).

É igualmente parte integrante deste relatório a carta temática das Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), no âmbito do disposto no n.º 2 do artigo 56-A da Lei 91/95, de 2 de Setembro, na redação da Lei 10/2008, de 20 de Fevereiro (anexo A).

Este relatório de Gestão tem, pois, como objetivos:

- Apresentar a atividade desenvolvida no âmbito da gestão de meios humanos – volume I (Gestão de meios humanos);
- Aplicação do resultado líquido do exercício de 2011 – volume I (Aplicação do resultado líquido do exercício de 2011);
- Explicitar os níveis de arrecadação/execução da Receita e da Despesa por referência aos aspetos mais relevantes da atividade financeira municipal – volume I (Execução orçamental);
- Analisar a situação económico/financeira da Autarquia, do ponto de vista Patrimonial, considerando o Balanço e a Demonstração de Resultados de 2011 – volume I (Análise económica e financeira);
- Analisar através da contabilidade de custos, os resultados da autarquia – volume I (Contabilidade de custos);
- Apresentação das principais atividades da autarquia no quadro de desenvolvimento da intervenção municipal – volume II

Na execução do orçamento de 2011 foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental e a execução de todas as receitas e despesas foram feitas dentro dos princípios e regras contabilísticas legais exigidas.

A análise desenvolvida no presente documento é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas devidamente sustentadas em quadros e gráficos.

Handwritten signature



Gestão de meios humanos**EFFECTIVOS DA CML A 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

A 31 de Dezembro de 2011 encontravam-se ao serviço da Câmara Municipal os seguintes trabalhadores.

Vínculo	Número de trabalhadores 2011 (31 de Dezembro)
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado	2125*
Contrato de Trabalho a Termo Resolutivo Certo	6
Contrato de Prestação de serviços – Avença	16
Trabalhadores (de outras entidades) em mobilidade no Município	23
Trabalhadores (de outras entidades) em comissão de serviço no Município	2
Trabalhadores (de outras entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal	8

* Apenas considera os trabalhadores com CTFPTI em exercício de funções na CML a 31/12/2011.

PROCESSAMENTO DE VENCIMENTOS E OUTROS ABONOS

Em janeiro de 2011 foram processadas as remunerações de 2230 contratos de trabalho em funções públicas e 9 avenças, números que passaram para os 2157 e 16, respetivamente.

No ano de 2011, as senhas de presença e subsídio de transporte pagos aos eleitos para a Câmara Municipal (Vereadores sem pelouros) e para a Assembleia Municipal, passaram, também, a ser processados pela área de Vencimentos e Abonos da DARH, o que representou a análise e tratamento de 330 boletins de ajudas de custo, e o processamento destes abonos, em Dezembro, a um total de 96 eleitos.

Sobre estas matérias, neste ano foram ainda analisados e processados:

- 4162 Boletins de horas extraordinárias;

- 873 Boletins de ajudas de custo (aplicação do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de abril);
- 529 Requerimentos de abono de vencimento de exercício perdido.

No decurso de 2011 efetuaram-se ainda 36 processamentos por folha suplementar, pelos seguintes motivos:

Motivo	N.º de Folhas Suplementares
Horas extraordinárias	2
Acerto de pensões de aposentação e acerto de vencimentos	28
Novos contratos de prestação de serviços em regime de avença com pessoas singulares	3
Pagamento de indemnizações	3

No decorrer deste ano foi implementado o projeto de distribuição dos recibos de vencimento por correio eletrónico.

Em dezembro de 2011 foram 610 os trabalhadores municipais (28,3% do total de vencimentos processados neste mês) que receberam os seus recibos por correio eletrónico, em simultâneo com o documento em suporte papel.

ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS E ABONO PRÉ-NATAL

Em 2011, o Abono de Família Para Crianças e Jovens foi processado para 303 crianças (dos quais 158 correspondem a agregados monoparentais). O grande decréscimo de beneficiários deste abono, face a 2010, está diretamente relacionado com as alterações legais registadas com efeitos a Novembro desse ano.



Abono de Família para Crianças e Jovens e Abono Pré-Natal	
Famílias Clássicas	145
Famílias Monoparentais	158
Total de Beneficiários	303

CONTROLO DE ASSIDUIDADE

O controlo de assiduidade processa-se através do sistema de registo pontométrico e manualmente. No final do ano de 2011, verificava-se a seguinte distribuição:

Controlo da Assiduidade	
Trabalhadores com registo pontométrico	1.110
Trabalhadores sem registo pontométrico	1.079
Total	2.189

Para a não realização do registo pontométrico, identificam-se as seguintes razões:

Motivo	
Dirigentes/Membros dos Gabinetes de Apoio Pessoal ⁽¹⁾	58
Isentos por Despacho ⁽²⁾	84
Sem acesso a terminal de registo pontométrico ⁽³⁾	937
Total	1.079

⁽¹⁾ De acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 25.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

⁽²⁾ De acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 25.º do Regulamento de Funcionamento dos Serviços, Horário de Trabalho e Controlo de Assiduidade.

⁽³⁾ Inclui o Pessoal Não Docente.

Relativamente à modalidade de horário de trabalho praticada, em 31 de Dezembro de 2011 os trabalhadores distribuíam-se do seguinte modo:

Modalidade de Horário de Trabalho	
Flexível	720
Rígido	1.150
Jornada contínua	75
Turno	186
Isento de horário	58
Total	2.189

No que respeita à justificação de faltas, foram registados e processados 3.785 certificados de incapacidade temporária para o trabalho por estado de doença (Atestados Médicos, Baixas Médicas e Declarações de Internamento Hospitalar), dos quais se deu conhecimento aos respetivos Serviços, de acordo com o procedimento estabelecido, através da aplicação informática de gestão documental.

Sobre estes, foram emitidos 76 pedidos de verificação domiciliária de doença, e 44 pedidos de submissão a Junta Médica para trabalhadores do Município.

Relativamente a outros tipos de faltas ao serviço, gozo de licenças, alteração de horários e outros assuntos, os requerimentos tratados em 2011 apresentaram-se assim distribuídos:



Tipo de requerimento	
Pedido de justificação de faltas ao serviço (que não com dias de férias)	338
Pedido de justificação de faltas por atraso na entrega de atestado médico / baixa médica	33
Gozo de dia de descanso compensatório remunerado, por trabalho extraordinário realizado em dia de descanso semanal obrigatório	1.970
Gozo de licença de parentalidade	91
Autorização do abono do vencimento de exercício perdido	396
Licença sem remuneração	18
Pedido de prática de "jornada contínua" para assistência a filho menor	65
Pedido de redução de horário para amamentação/aleitação	68

Durante este ano, foram 20 os trabalhadores a iniciarem funções ao abrigo de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, e 1 com contrato de trabalho a termo resolutivo certo.

Por outro lado, verificou-se a saída de 19 trabalhadores por denúncia ou caducidade do seu contrato, tendo-se registado a aposentação de 47 e a morte de 6.

Das várias entradas e saídas de trabalhadores por motivos de mobilidade e licença sem remuneração resultou a seguinte realidade, à data de 31 de Dezembro de 2011:

Situação	
Em licença sem remuneração	10
Trabalhadores do Município, em mobilidade (em diversas entidades)	15
Trabalhadores do Município, em comissão de serviço (em diversas entidades)	3
Trabalhadores (de diversas entidades) em mobilidade no Município	21
Trabalhadores (de diversas entidades) em comissão de serviço no Município	22
Trabalhadores (de diversas entidades), nomeados para o exercício de funções nos Gabinetes de Apoio Pessoal do Sr. Presidente e Srs. Vereadores da Câmara Municipal	8

ESTATUTO DE TRABALHADOR-ESTUDANTE

Ao longo do ano de 2011 foi atribuído o Estatuto de Trabalhador-Estudante, para os anos letivos de 2010/11 e 2011/12, a um total de 111 trabalhadores do Município.

APOSENTAÇÕES

No decorrer do ano, este Serviço forneceu informação e esclarecimentos vários, a pedido dos trabalhadores, nomeadamente quanto a simulações dos valores de pensão ou de previsão de datas para a aposentação pela Caixa Geral de Aposentações, procedendo também à prestação de informação sobre a contagem de tempo para efeitos de aposentação (o que, em 2011, atingiu os 100 pedidos).

Relativamente aos processos de Aposentação, sobre o ano em causa apurou-se o seguinte:

Aposentação por Antecipação (Art.º 37.º-A do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Processos iniciados em 2011 (Caixa Geral de Aposentações - CGA)	34
Processos iniciados em 2011 (Centro Nacional de Pensões - CNP)	1
Reformados em 2011 pelo CNP - processos iniciados em 2011	1





Aposentação por Antecipação (Art.º 37.º-A do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Aposentados em 2011 pela CGA - processos iniciados em 2010	39
Pessoal a aguardar aposentação em 31/12/2011 - processos iniciados em 2010 (CGA)	5
Pedidos pendentes de decisão da CGA em 31/12/2011 - processos ini	4
Pedidos pendentes de decisão da CGA em 31/12/2011 - processos ini	34
Processos em que os trabalhadores desistiram - processos iniciados em 2010 (CGA)	1

Aposentação por Incapacidade (Art.º 41.º do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Processos iniciados em 2011 (CGA)	10
Processos iniciados em 2011 (CNP)	1
Reformados em 2011 pelo CNP - processos iniciados em 2011	1
Aposentados em 2011 pela CGA - processos transitados de 2010	2
Pedidos pendentes de decisão da CGA em 31/12/2011 - processos iniciados em 2011	7
Pedidos indeferidos - processos iniciados em 2011 (CGA)	3
Pedidos pendentes de decisão da CGA em 31/12/2011 - processos transitados de 2010	2
Pedidos pendentes de decisão da CGA em 31/12/2011 - processos transitados de 2008	1

Aposentações por Limite de Idade (Art.º 41.º do Estatuto da Aposentação)	Quantidade de Processos
Processos iniciados em 2011 (CGA)	4
Processos iniciados em 2011 (CNP)	3
Aposentados em 2011 pela CGA - processos iniciados em 2011	1
Reformados em 2011 pelo CNP – processos iniciados em 2011	2
Aposentados em 2011 pela CGA - processos transitados de 2010	1
Pessoal a aguardar aposentação em 31/12/2011 - processos iniciados	1
Pedidos pendentes de decisão da CGA em 31/12/2011 - processos iniciados em 2011	2
Pedidos pendentes de decisão do CNP em 31/12/2011 - processos iniciados em 2011	1

DESENVOLVIMENTO DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS

Neste âmbito, ao longo deste ano iniciaram-se os procedimentos concursais que a seguir se discriminam:

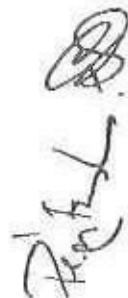
Carreira	Área de Formação	Unidade Orgânica destino	Data de abertura do procedimento	N.º Vagas	N.º Candidatos
Assist. Operacional	Sapador Florestal	DATM/DEVFOR	22-06-2011	1	35
Técnico Superior	Higiene e Segurança Trabalho	DRH/DHSSOAS	30-06-2011	1	19
Assist. Operacional	Geral / Ação Educativa	DE/DPEGRE	26-10-2011	30	712

Em cumprimento do disposto legalmente sobre o assunto, durante o ano de 2011 esta Área providenciou pela avaliação do período experimental de 183 trabalhadores, dos quais:

Carreira	N.º de trabalhadores
Técnico Superior	53
Assistente Técnico	52
Assistente Operacional	78

RESPOSTA A PEDIDOS DE EMPREGO / CANDIDATURAS ESPONTÂNEAS

		Género		Total
		Feminino	Masculino	
Habilitações Literárias	4.º Ano	1	0	1
	6.º Ano	0	3	3
	7.º Ano	0	1	1
	9.º Ano	9	11	20
	10.º Ano	0	1	1
	11.º Ano	4	1	5
	12.º Ano	34	9	43
	Técnico-Profissional	0	3	3
	Frequência de Curso Superior	4	1	5
	Bacharelato	2	1	3
	Licenciatura	97	28	125
	Curso Pós-graduação	2	1	3
	Doutoramento	1	0	1
	Mestrado	21	5	26
	Outros	25	33	58
	TOTAL	200	98	298



MAPA DE PESSOAL

No final de 2011, os postos de trabalho previstos e não ocupados por suspensão de CTFP tiveram a seguinte expressão:

Desocupação Temporária dos Postos de Trabalho Segundo a Carreira					
Motivo	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Carreiras subsistentes / não revistas	Total
Licença sem vencimento não superior a 1 ano	3	3	4	0	10
Comissão de serviço, nomeação e similar noutras entidades	15	4	1	1	21
Comissão de serviço, nomeação e similar na CML	51	5	1	2	59
Mobilidade geral	13	7	2	1	23
Total	82	19	8	5	113

A desocupação de postos de trabalho durante o ano de 2011 caracteriza-se do seguinte modo:

Motivo	Direção Intermédia de 1ª e 2ª grau	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Carreiras subsistentes / não revistas	Total
Falecimento	0	0	1	5	0	6
Aposentação	0	1	8	35	3	47
Denúncia entre as partes/Rescisão	-	0	0	3	0	3
Caducidade	-	0	1	6	0	7
Consolidação do contrato noutras entidades	-	2	2	4	0	8
Conclusão do período experimental sem sucesso	-	0	0	1	0	1
Fim da mobilidade	-	1	0	0	0	1
Fim da comissão de serviço	1	0	0	0	0	1
Total	1	4	12	54	3	74

A admissão de novos trabalhadores e os regressos de licença sem vencimento em 2011 tiveram a seguinte expressão:

Motivo	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Carreiras subsistentes/não revistas	Total
Procedimento concursal (CTFPTI)	3	5	12	0	20
Procedimento concursal (CTFPTD)	0	0	1	0	1
Mobilidade geral	1	4	16	0	21
Regresso de licença sem vencimento	1	3	0	1	5
Total	5	12	29	1	47

PROPOSTAS DE RECRUTAMENTO

Nº de Postos de Trabalho	Carreira /Categoria	Área de Formação /Funcional	Área de Atividade
1	Técnico Superior	Higiene e Segurança no Trabalho	Recursos Humanos
1	Assistente Operacional	Sapador Florestal	Ambiente e Transportes Municipais
30	Assistente Operacional	Ação Educativa	Educação

N.º de Postos de Trabalho	Carreira/Categoria	Área de Formação / Funcional	Área de Atividade
1	Técnico Superior	Higiene e segurança no Trabalho	Recursos Humanos
1	Assistente Operacional	Sapador Florestal	Ambiente e Transportes Municipais
26	Direção Intermédia de 1.º e 2.º Grau	-	Competências de direção previstas no estatuto do pessoal dirigente
30	Assistente Operacional	Ação Educativa	Educação

MOBILIDADE GERAL

Os processos de mobilidade geral regulados pela Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro (LVCR) diferem entre si consoante a mobilidade se opere:

- Da Câmara Municipal de Loures para outras entidades
- De outras entidades para a Câmara Municipal de Loures
- Dentro da Câmara Municipal de Loures:
 - Por iniciativa do trabalhador;
 - Por iniciativa dos serviços – Ajustamento de pessoal dentro da mesma unidade orgânica;
 - Por iniciativa dos serviços – Reafecção do Posto de Trabalho a outra unidade orgânica;

Durante o ano de 2011 a receção de pedidos de mobilidade interna tiveram a seguinte expressão:

Mobilidade Interna na Categoria	Nº de Pedidos	Em Trâmite	Deferidos	Indeferidos	Renunciados
Outras entidades para Câmara Municipal de Loures	37	5	21*	24	2
Câmara Municipal de Loures para outras entidades	9	1	8	0	0

	Nº de Pedidos	Em Trâmite	Deferidos	Indeferidos	Renunciados
Iniciativa do Trabalhador	68	14	22	18	14
Iniciativa do Serviço	28	5	6	6	11
Dentro da Mesma U.O. Nuclear	-	-	28	-	-
Reaffectação do Posto de Trabalho a Outra U.O.	-	-	62**	-	-
Total	96	19	139	24	25

* 15 Trabalhadores da Junta de Freguesia de Camarate

**33 Reaffectações em resultado da 1.ª alteração ao Mapa do Passado de 2011

Os procedimentos de mobilidade interna desenvolvidos no ano de 2011 constam do quadro seguinte.

Unidade Orgânica	Nº Postos de Trabalho	Categoria	Área formação	Nº Inscrições
DRH-DARH	1	Técnico Superior	Gestão/Contabilidade/Financeira/Economia	31
	2	Assistente Técnico	Geral, administrativa	
DSSH-DIC	2	Assist. Operacional	-	2
DSSH-DH	1	Técnico Superior	Engenharia Civil	0
DE-DPEGRE	1	Técnico Superior	Ciências Sociais e Humanas	4
DE-DPEGRE	1	Assistente Técnico	-	1
DE-DDCE	3	Técnico Superior	Psicologia	0
DE-DASE	2	Técnico Superior	Ciências Sociais Humanas	3
DGAIM-DIRP	1	Assist. Operacional	-	9
DGAIM/DIRP	2	Assistente Técnico	Relações Públicas	0
	2	Técnico Superior	Ciências da Comunicação	0
DGAIM/DIRP				
DCDJ-DDJ	1	Assistente Técnico	Geral, administrativa	16
	1	Assist. Operacional	-	
DCDJ-DC	3	Assistente Técnico	-	8
DCDJ-DC	1	Técnico Superior	Arquivo	0
DAET-DT	1	Técnico Superior	Marketing e/ou Ciências da Comunicação	
	1	Assistente Técnico	Geral, administrativa	
DAET-DDEPE	1	Assistente Técnico	-	4
DAET-DDEPE	1	Técnico Superior	-	2
DATM-DEVFDR	2	Assist. Operacional	Sapadores	2
DATM-DTM	7	Assist. Operacional	Motorista	8
DATM-DTM	1	Assistente Técnico	-	4
DGAIM-DAPI	1	Técnico Superior	Geografia ou Engenharia Geográfica	0
DGAIM-DAPI	1	Técnico Superior	Economia ou Gestão	0
DGAIM-DAPI	2	Técnico Superior	Direito	0
DGAIM-DAPI	4	Assistente Técnico	Geral, administrativa	5
DAI-DACG	1	Técnico Superior	Contabilidade e Auditoria ou em Gestão	1
DAI-DACG	1	Assistente Técnico	-	1
DPFL-DL	1	Assistente Técnico	-	2
DPFL-DGF	1	Assistente Técnico	Geral, administrativa	5
DPFL-DGF	1	Assistente Técnico	-	2
Total				155



FORMAÇÃO INTERNA

Em 2011 a formação interna abrangeu um total de 474 formandos de acordo com o quadro seguinte.

Designação da Ação de Formação	N.º de Horas	N.º de Turmas	N.º Total de Formandos
Ação de Sensibilização sobre Tráfico de Seres Humanos	2	1	15
Atendimento do Público e a Imagem da Organização	14	1	13
Atendimento ao Público e a Imagem da Organização	17,5	2	24
Atendimento do Público e a Imagem da Organização	28	8	123
POCAL (B-Learning)	28	1	14
Jornadas Temáticas de Igualdade de Género	50	1	16
Sensibilização em Primeiros Socorros para Monitores de O.T.L.	7	1	21
Sensibilização para a Condução de Veículos de Todo o Terreno dirigido a Sapadores Florestais	3,5	1	6
Base de Dados – Access	28	2	28
Inglês Inicial	28	1	15
Ação de Sensibilização em Igualdade de Género	3,5	1	17
Posso entrar? Vigilância e segurança na portaria das escolas	12	1	15
Gestão de Stress	28	1	28
Higiene e Segurança no Trabalho	10,5	1	37
Folha de Cálculo EXCEL	28	1	41
Sessão Informativa Gerir e Poupar	2	1	25
Procedimentos com Crianças com Necessidades Educativas Especiais	21	1	16
Noções Básicas de Primeiros Socorros Pediátricos	21	1	20
Total		27	474

FORMAÇÃO EXTERNA

No âmbito da formação externa, a Área de Formação e Qualificação Profissional rececionou 337 requerimentos a solicitar a autorização para a participação em ações de formação externa e/ou formação informativa.

A distribuição dos pedidos de participação em ações de formação externa e/ou formação informativa por carreira / categoria consta do quadro seguinte:

Carreira/categoria	Total
Técnico Superior	184
Assistente Técnico	119
Assistente Operacional	5
Outras Carreiras ou Cargos	29
Total	337

AUTOFORMAÇÃO

A Área de Formação e Qualificação Profissional rececionou 195 pedidos para realização de Autoformação, no decorrer de 2011, distribuídos de acordo com o quadro seguinte:

Grupo Profissional	Total
Técnico Superior	148
Assistente Técnico	41
Assistente Operacional	5
Outras Carreiras ou cargos	1
Total	195

ESTÁGIOS

CURRICULARES

No ano de 2011 foram recebidos, analisados, respondidos e deferidos 73 pedidos de estágios curriculares.



PROFISSIONAIS

Em resultado da pré-candidatura ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL), foram inseridos no Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIL) os dados relativos a 4 estágios, nas áreas de Direito, Arquitetura e urbanismo e enfermagem, que resultou na realização de 2 estágios profissionais, nas áreas de arquitetura e enfermagem.

PROCESSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS

Relativamente aos percursos formativos acima indicados, as atividades desenvolvidas na DPQARH/AFQP no âmbito do programa "Iniciativa Novas Oportunidades" apenas se limitam ao percurso de qualificação RVCC - Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Através do acordo de colaboração estabelecido entre a CM Loures e o IEFP/Centro de Formação Profissional de Alverca e cumprindo o cronograma estabelecido pela DPQARH/AFQP para a promoção dos percursos formativos e educativos disponibilizados na "Iniciativa Novas Oportunidades", em resultado das ações promovidas para a divulgação do referido programa, a DPQARH/AFQP rececionou as inscrições dos trabalhadores municipais interessados em concluir a certificação escolar.

A gestão das 77 inscrições rececionadas incidiu em vários procedimentos, nomeadamente, no acolhimento e esclarecimentos diversos, realização de entrevistas de diagnóstico de competências escolares e no encaminhamento formativo.

Em resultado da aplicação das entrevistas de diagnóstico de competências, o encaminhamento formativo proposto pela equipa técnica e pedagógica do IEFP/CNO Alverca II - Odívetas assentou nos percursos formativos de FMC/Formação Modular Certificada para 4 trabalhadores e de RVCC/

Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para 73 trabalhadores.

Para frequência do processo de RVCC constituiu-se 4 Grupos de Formação, 3 Grupos de nível secundário e 1 Grupo de nível básico.

A DPQARH/AFQP, também, dinamizou uma Sessão Informativa que esteve a cargo do IEP/CNO Alverca II - Odivelas e que teve como objetivo esclarecer os diferentes percursos educativos e formativos disponibilizados no programa "Iniciativa Novas Oportunidades", nomeadamente os processos de RVCC/Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, os cursos EFA/Educação e Formação de Adultos e as FMC/Formações Modulares Certificadas. A sessão de esclarecimentos foi dirigida aos Dirigentes da CM Loures e SMAS Loures, Presidentes de Juntas de Freguesia, Administradores do Centro Cultural e Desporto, GesLoures, LouresParque, Diretores de Agrupamentos Escolares e Trabalhadores municipais candidatos ao programa.

No final de 2011, concluindo o cronograma das sessões de formação/validação de competências do processo de RVCC, 23 trabalhadores validaram o PRA/Portefólio Reflexivo de Aprendizagens, sendo consequentemente submetidos a Júri de Certificação. Todos os trabalhadores foram certificados no nível secundário, sendo que 14 trabalhadores são da CM Loures, 8 dos SMAS Loures, 1 da Junta de Freguesia de Loures.

De realçar que, 6 trabalhadores inscritos em grupos constituídos em anos anteriores concluíram o processo e alcançaram a certificação escolar no nível secundário.

Em suma, apresenta-se quadro com a distribuição de trabalhadores certificados ao nível secundário por entidade.

Entidades	N.º de Trabalhadores Certificados ao Nível Secundário
CM Loures	18
SMAS Loures	8
GesLoures	1
Junta Freguesia Loures	1
Junta Freguesia Portela	1
Total	29

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Aplicação do resultado líquido do exercício de 2011

Em conformidade com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL – Decreto-lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro propõe-se que o resultado líquido do exercício no valor de **9.673.393,49€**, seja distribuído por:

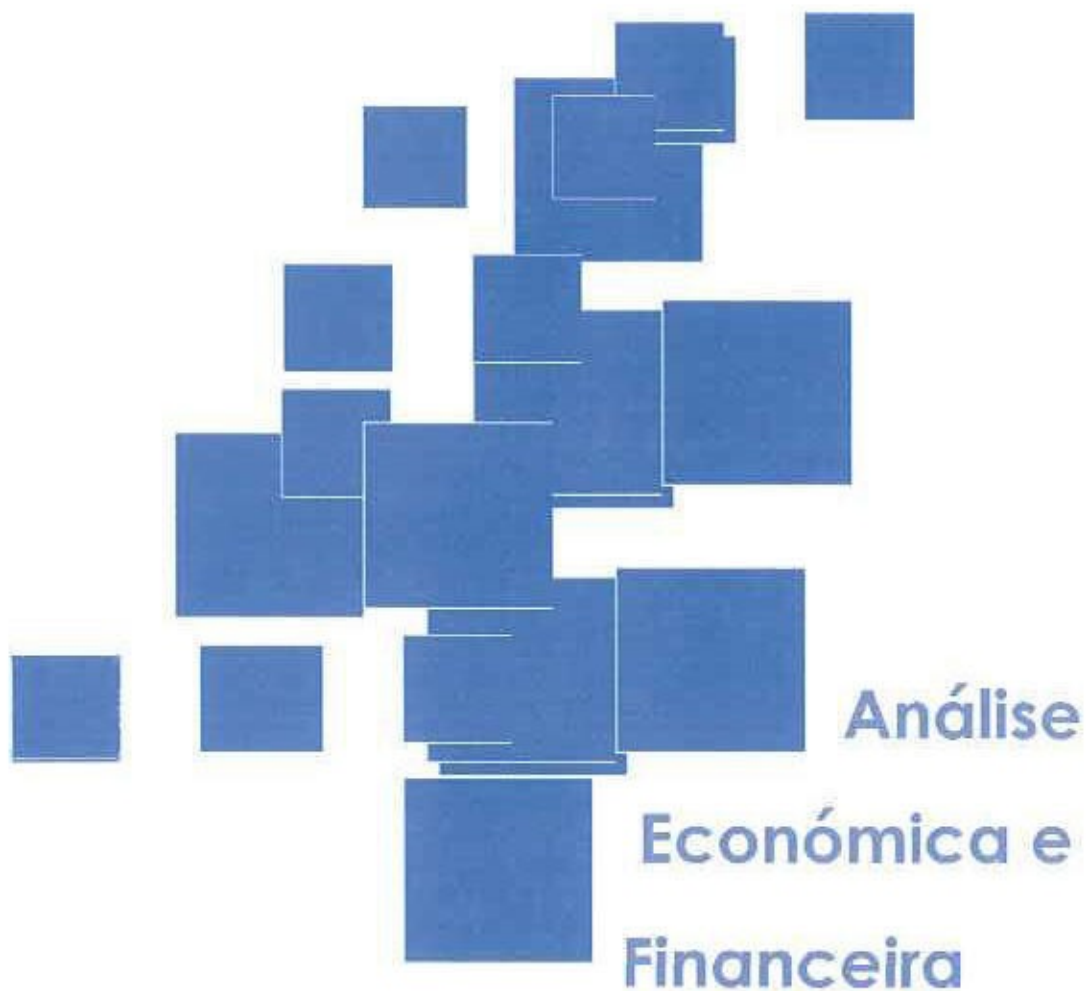
Reservas legais (5% do RL)

483.669,67€

Resultados transitados

9.189.723,82€

BB
Amílcar



Evolução da Situação Económica e Financeira

Análise económica

Em 2011 os proveitos operacionais da autarquia representaram 109M€.

Proveitos operacionais

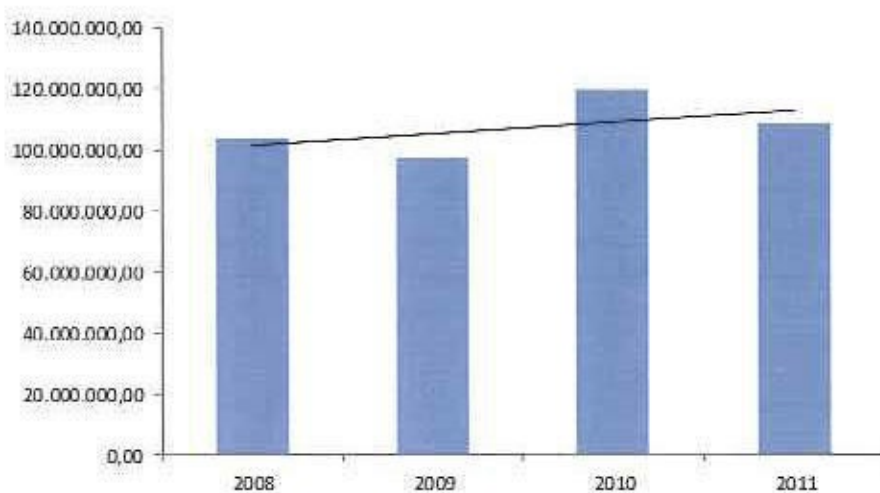
Proveitos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Vendas	239.207,30	84.290,93	-154.916,37	-64,76%
Prestação de serviços	2.631.281,09	3.531.770,22	900.489,13	34,22%
Impostos e taxas	78.721.599,02	64.911.084,82	-13.810.514,20	-17,54%
Proveitos suplementares	165.044,10	171.067,65	6.023,55	3,65%
Transferências e subsídios obtidos	34.266.011,98	33.179.488,02	-1.086.523,96	-3,17%
Trabalhos para a própria entidade	92.930,80	144.055,84	51.125,04	55,01%
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.880.334,81	7.022.673,25	3.142.338,44	80,98%
Total	119.996.409,10	109.044.430,73	-10.951.978,37	-9,13%



Os proveitos operacionais apresentam um decréscimo de 9,13% em relação ao ano transato.

No entanto, numa análise quadrienal dos proveitos operacionais, pode-se verificar que o resultado de 2011 é um dos 2 (dois) melhores dos últimos 4 (quatro) anos.

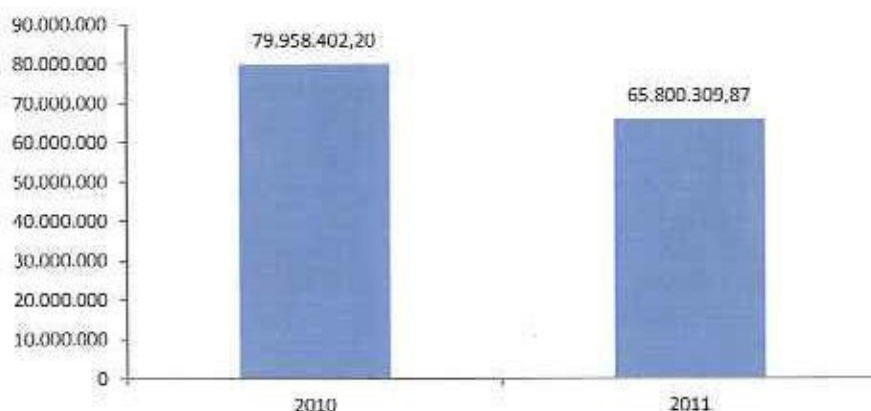
Quanto à tendência os dados registados levam a considerar que o movimento da mesma é crescente, contrariando até algumas projeções macro económicas.



Impostos e taxas

O decréscimo dos proveitos operacionais deve-se fundamentalmente à redução das receitas arrecadadas via impostos e taxas, que de 2010 para 2011 diminuiu cerca de 13,8M€.

Impostos e taxas	31/12/2010	31/12/2011	Comparação	%
Imposto Municipal s/ Imóveis	26.623.830,65	27.756.202,84	1.132.372,19	4,25%
Imposto Único de Circulação	3.416.453,24	3.769.792,12	353.338,88	10,34%
Imposto Mun. s/ Transm. Onor. Imóveis	14.170.684,23	9.315.333,35	-4.855.350,88	-34,28%
Derrama	7.633.573,12	5.092.643,02	-2.540.930,10	-33,29%
Impostos Abolidos	467.561,99	493.518,51	25.956,52	5,55%
Outros Impostos Directos	184.274,05	101.020,80	-83.253,25	-45,18%
Outros	3.540.086,76	1.723.938,17	-1.816.148,59	-51,30%
Taxas	23.921.938,16	17.547.861,06	-6.374.077,10	-26,65%
Reembolsos e restituições	1.236.803,18	889.225,05	-347.578,13	-28,10%
Total	78.721.599,02	64.911.084,82	-13.810.514,20	-17,54%



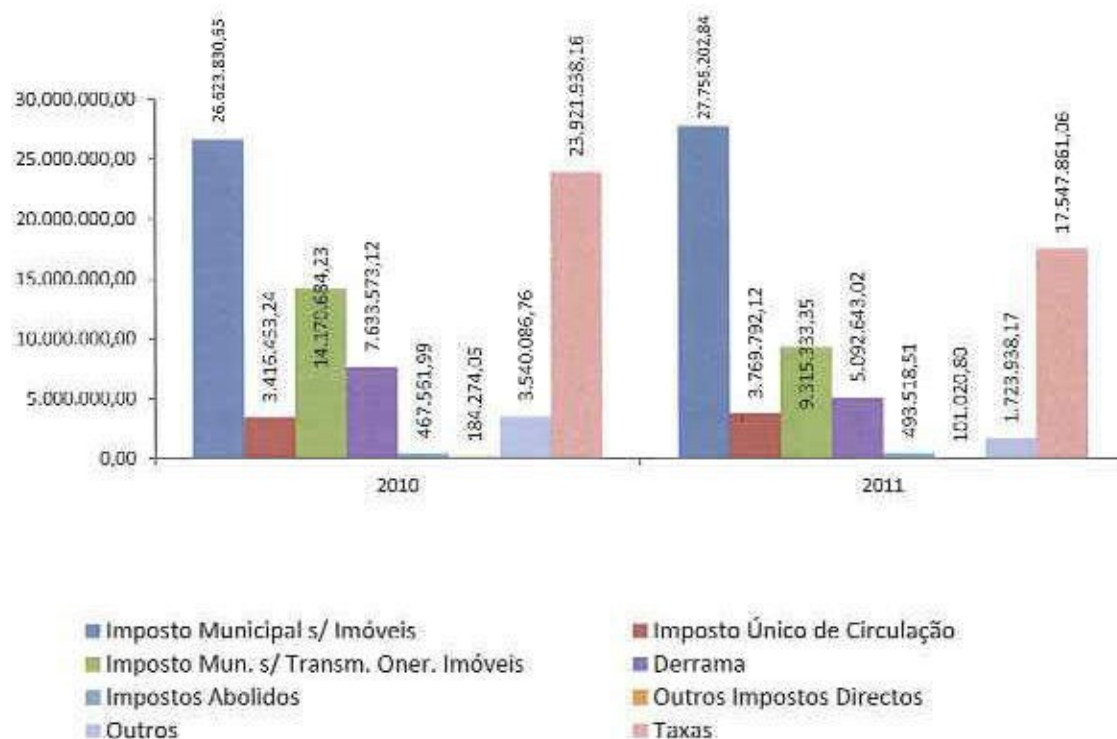
Os impostos e taxas representam 59,5% dos proveitos operacionais. Contudo no ano transato o seu peso era de 65,6%.

A redução dos impostos e taxas deve-se essencialmente:

- Taxas que totalizam 17,5 M€ face a 23,9 M€ registados em 2010;
- Impostos directos, que registaram 46,5M€ face a 52,5M€ registados em 2010;

Impostos Diretos

Impostos e taxas	2010	2011	Comparação	%
Impostos Diretos				
Imposto Municipal s/ Imóveis	26.623.830,65	27.756.202,84	1.132.372,19	4,25%
Imposto Único de Circulação	3.416.453,24	3.769.792,12	353.338,88	10,34%
Imposto Mun. s/ Transm. Oner. Imóveis	14.170.684,23	9.315.333,35	-4.855.350,88	-34,26%
Derrama	7.633.573,12	5.092.643,02	-2.540.930,10	-33,29%
Impostos Abolidos	467.561,99	493.518,51	25.956,52	5,55%
Outros Impostos Directos	184.274,05	101.020,80	-83.253,25	-45,18%
Total	52.496.377,28	46.528.510,64	-5.967.866,64	-11,37%



Os impostos diretos representam 71,7% dos impostos e taxas.

Relativamente a estes impostos registaram-se comparativamente a 2010:

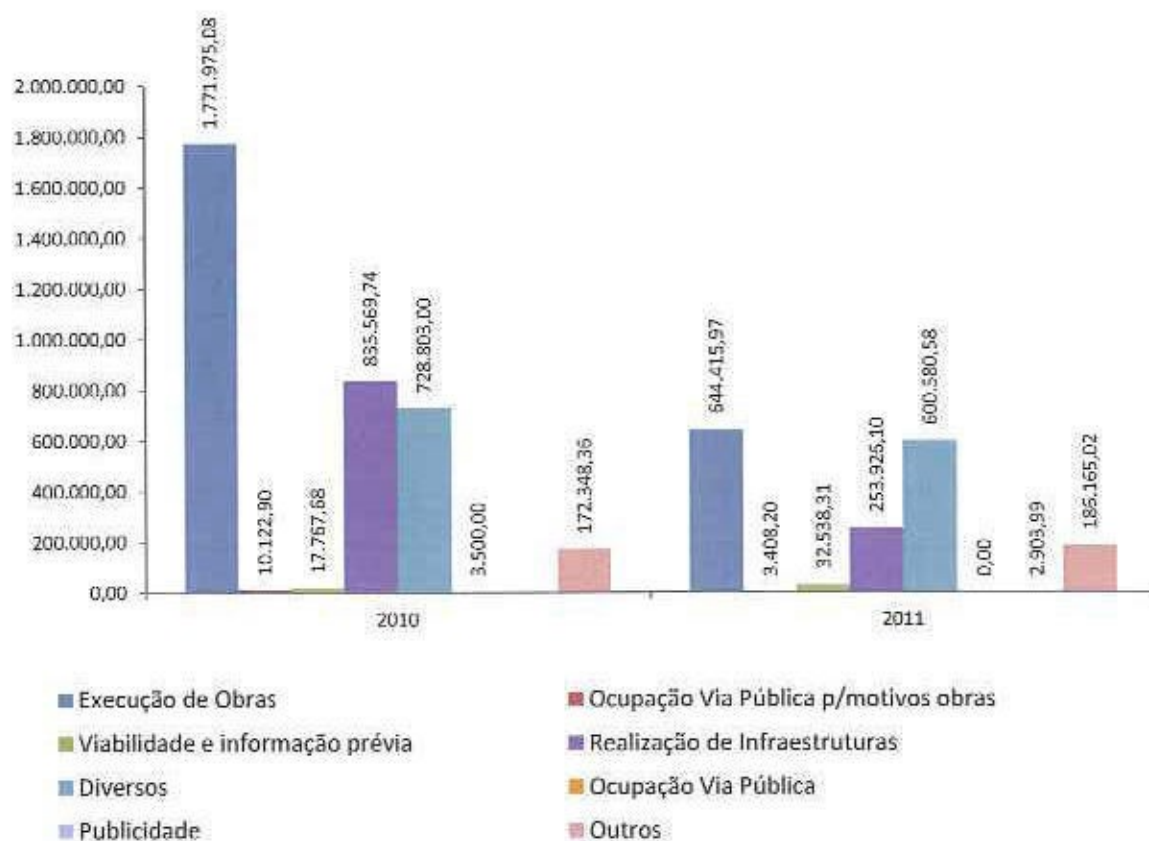
- -2,5M€ de derrama;
- +1,1M€ de imposto municipal sobre imóveis;
- -4,9M€ de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas.



Outros impostos

Os Outros Impostos representam em 2011, 2,7% dos impostos e taxas face a 4,5% registados em 2010, relativamente aos resultados do ano destacam-se:

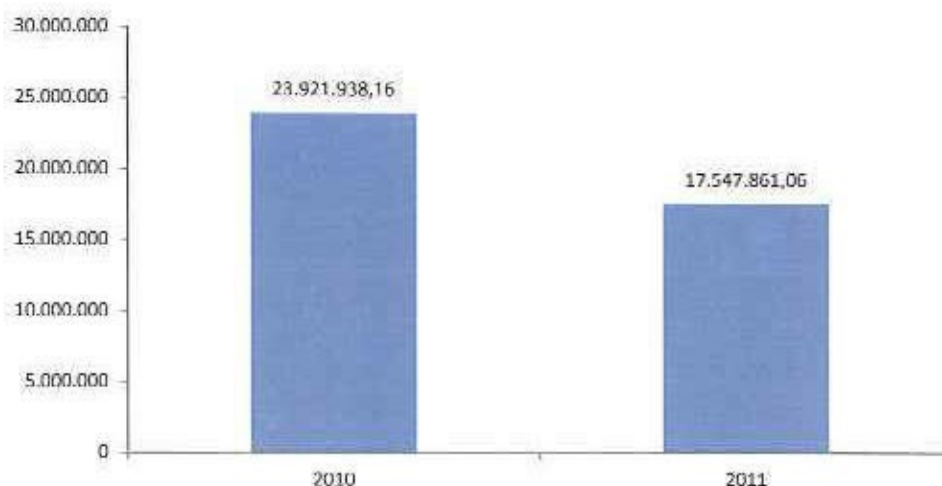
- -1,1M€ em impostos sobre a execução de obras;
- -0,6M€ em impostos sobre realização de infraestruturas.



Outros Impostos	2010	2011	Comparação	%
Execução de Obras	1.771.975,08	644.415,97	-1.127.559,11	-63,63%
Ocupação Via Pública p/motivos obras	10.122,90	3.408,20	-6.714,70	-66,33%
Viabilidade e informação prévia	17.767,68	32.538,31	14.770,63	83,13%
Realização de Infraestruturas	835.569,74	253.926,10	-581.643,64	-69,61%
Diversos	728.803,00	600.580,58	-128.222,42	-17,59%
Ocupação Via Pública	3.500,00	0,00	-3.500,00	-100,00%
Publicidade	0,00	2.903,99	2.903,99	0,00%
Outros	172.348,36	186.165,02	13.816,66	8,02%
Total	3.540.086,76	1.723.938,17	-1.816.148,59	-51,30%

Taxas

As taxas representam 27,03% do total dos impostos e taxas. Totalizam 17,5M€ face a 23,9M€ registados em 2010.



Do total de 17,5 M€ registados em taxas cerca de 17,4M€ respeitam a loteamentos e obras sendo que 15,9M€ referem-se a cedências no âmbito de loteamentos (alvarás) não tendo, pela sua natureza, gerado quaisquer casflows. Comparativamente a período homólogo, estas operações reduzem cerca de 6,4M€.

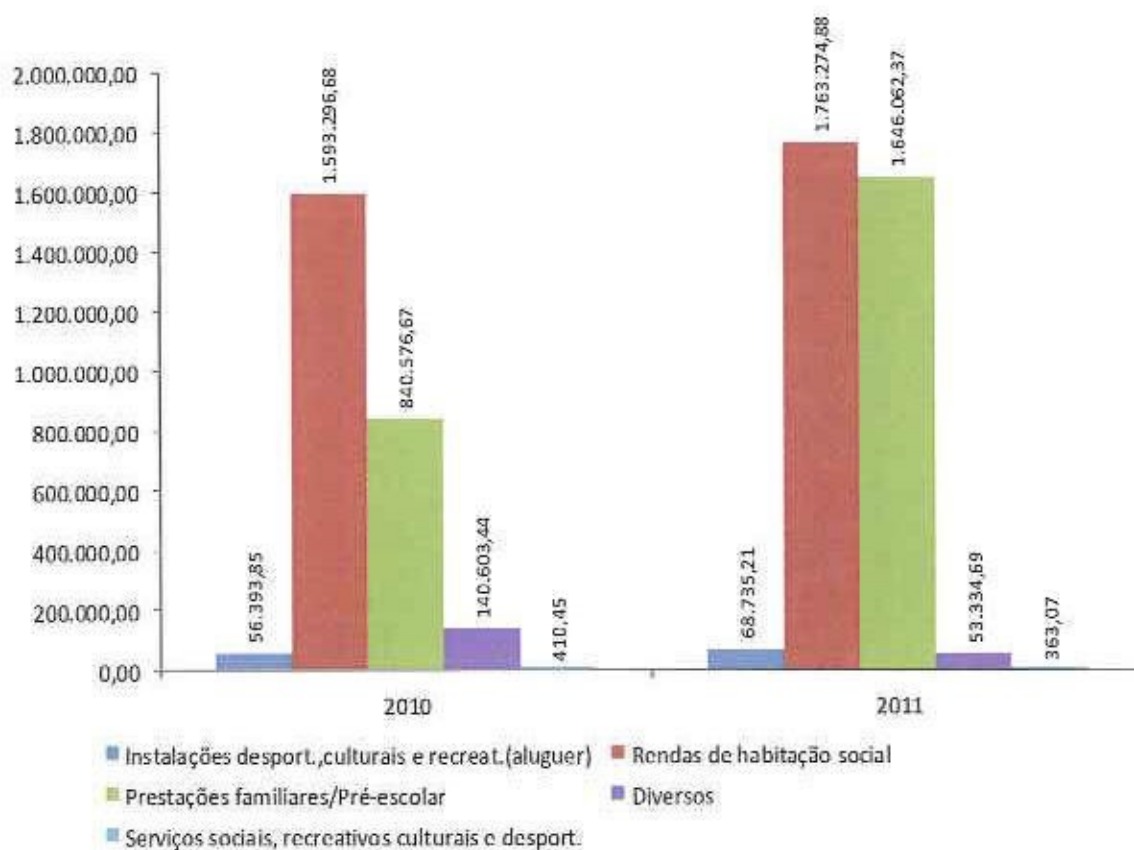
Taxas	2010	2011	Comparação	%
Loteamento e obras	23.827.393,08	17.427.626,61	-6.399.766,47	-26,86%
Ocupação via pública	1.817,00	1.632,26	-184,74	-10,17%
Caça, uso e porte arma	444,09	219,03	-225,06	-50,68%
Outras	92.283,99	118.383,16	26.099,17	28,28%
Total	23.921.938,16	17.547.861,06	-6.374.077,10	-26,65%



Prestação de serviços

As prestações de serviços registam 3,5M€, este resultado representa uma evolução de 34,2%, ou seja, + 0,9 M€.

Prestação de Serviços	2010	2011	Comparação	%
Instalações desport., culturais e recreat.(alug)	56.393,85	68.735,21	12.341,36	21,88%
Rendas de habitação social	1.593.296,68	1.763.274,88	169.978,20	10,67%
Prestações familiares/Pré-escolar	840.576,67	1.646.062,37	805.485,70	95,83%
Diversos	140.603,44	53.334,69	-87.268,75	-62,07%
Serviços sociais, recreativos culturais e desj	410,45	363,07	-47,38	-11,54%
Total	2.631.281,09	3.531.770,22	900.489,13	34,22%

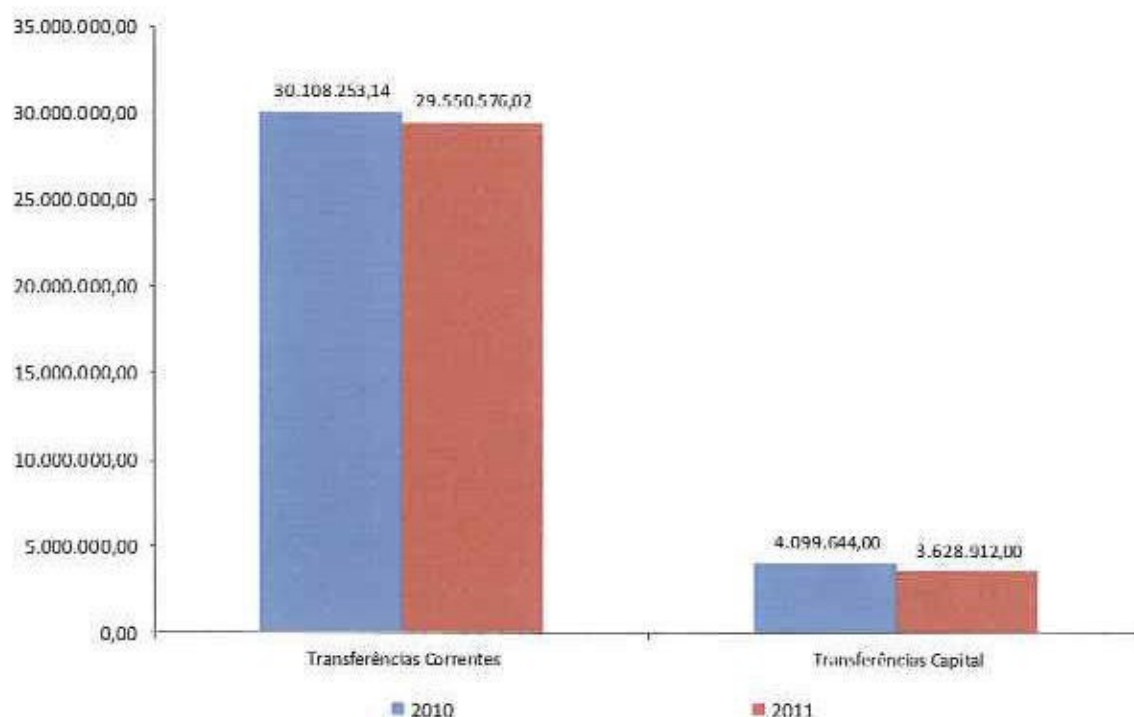


Destes resultados salientam-se:

- 1,8M€ respeitam a rendas de habitação social nomeadamente a 2676 contratos de arrendamento.
- 1,6M€ em prestações familiares/pré-escolar (serviços de apoio à família);

Transferências e subsídios obtidos

Transferências e subsídios obtidos	2010	2011	Comparação	%
Orçamento do Estado	34.207.897,14	33.179.488,02	-1.028.409,12	-3,01%
Transferências Correntes				
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	6.149.467,00	5.443.367,00	-706.100,00	-11,48%
Outras transferências correntes	12.370.029,14	12.433.513,02	63.483,88	0,51%
FSM - Fundo Social Municipal	2.944.770,00	2.606.643,00	-338.127,00	-11,48%
Participação no IRS	8.643.987,00	9.067.053,00	423.066,00	4,89%
Transferências Capital				
FEF - Fundo Geral Municipal	4.099.644,00	3.628.912,00	-470.732,00	-11,48%
Total	34.207.897,14	33.179.488,02	-1.028.409,12	-3,01%



Embora o total das transferências e subsídios obtidos em 2011 tenha reduzido, comparativamente a 2010, cerca de 1,1M€, o peso desta rubrica no conjunto dos proveitos operacionais aumenta para 30,4%.

Dos 33,2M€ registados em Transferências e Subsídios Obtidos cerca de 29,6M€ são provenientes de transferências correntes e 3,6M€ de transferências de capital.

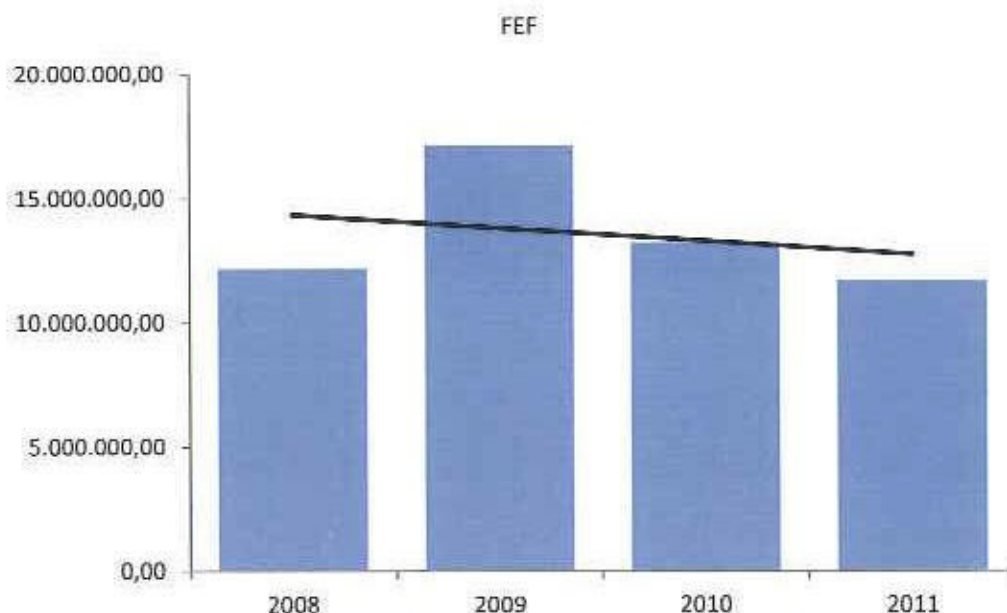
As transferências obtidas do Orçamento de Estado, previstas na Lei n.º 2/2007 de 15/01 – Lei das Finanças Locais e definidas e aprovadas no mapa XIX da Lei n.º 3-A/2010 – Lei do Orçamento Estado, decresceram 5% em relação ao ano transato.

Se por um lado as transferências do FEF (correntes e de capital) diminuíram cerca de 1 milhão de euros, a participação fixa no IRS aumentou de 8,6M€ para 9,1M€.

As transferências via FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro; Fundo Geral e Social Municipal) decresceram de 2010 para 2011 cerca de 11%.

Transferências e subsídios obtidos	2008	2009	2010	2011
FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.681.410,00	8.452.815,00	6.149.467,00	5.443.367,00
FSM - Fundo Social Municipal	2.700.510,00	3.029.977,00	2.944.770,00	2.606.643,00
FEF - Fundo Geral Municipal	3.787.606,00	5.635.210,00	4.099.644,00	3.628.912,00
Total	12.169.526,00	17.118.002,00	13.193.881,00	11.678.922,00

De acordo com a análise quadrienal, pode-se verificar que nos últimos quatro anos que a tendência do movimento da mesma é decrescente.



As transferências correntes englobam:

- Fundo Geral Municipal
- Participação fixa no IRS
- Fundo Social Municipal
- Outras transferências correntes

As outras transferências correntes englobam essencialmente as transferências relativas ao acordo de cooperação com o Ministério de Educação (pessoal não docente, atividades de enriquecimento curricular, gestão do parque escolar...)

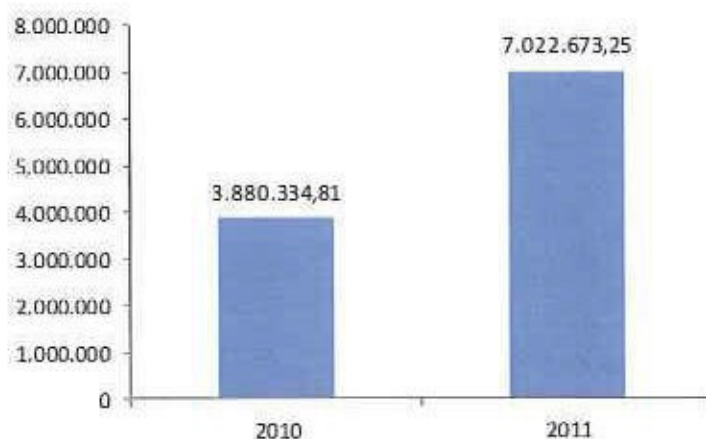
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais

Proveitos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Outros proveitos e ganhos operacionais	3.880.334,81	7.022.673,25	3.142.338,44	80,98%

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais registaram em 2011 cerca de 7M€, o que comparativamente a 2010 representa um aumento de +3,1M€, 81%.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais compreendem essencialmente:

- Tarifas de águas residuais referente à quota parte da cobertura dos custos do sistema de gestão em alta do Município/SMAS (Serviços Municipalizados de Água e Saneamento);
- Renda relativa à produção de energia dos parques eólicos – Bolores, Alrota, Picotinhos, StªEulália e da Sardinha.

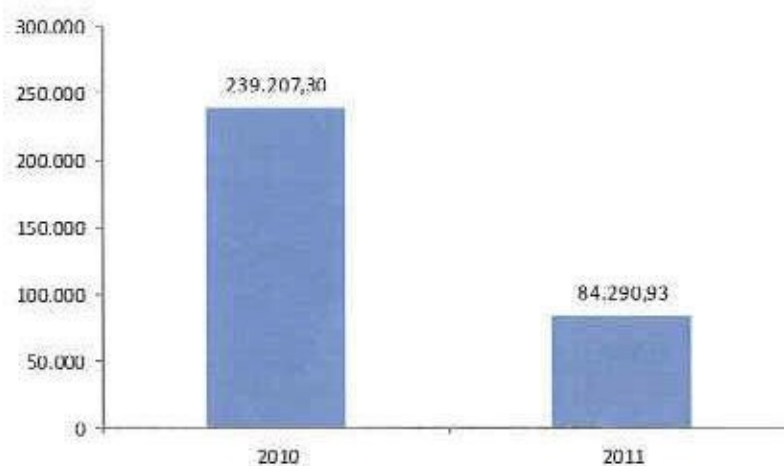


Venda de produtos

A venda de produtos acabados e intermédios totaliza 84 mil euros o que representa um decréscimo de 150 mil de euros quando comparado a período homólogo.

Esta rubrica engloba fundamentalmente o abastecimento de combustíveis, nomeadamente gasóleo, para os SMAS/Resíduos sólidos.

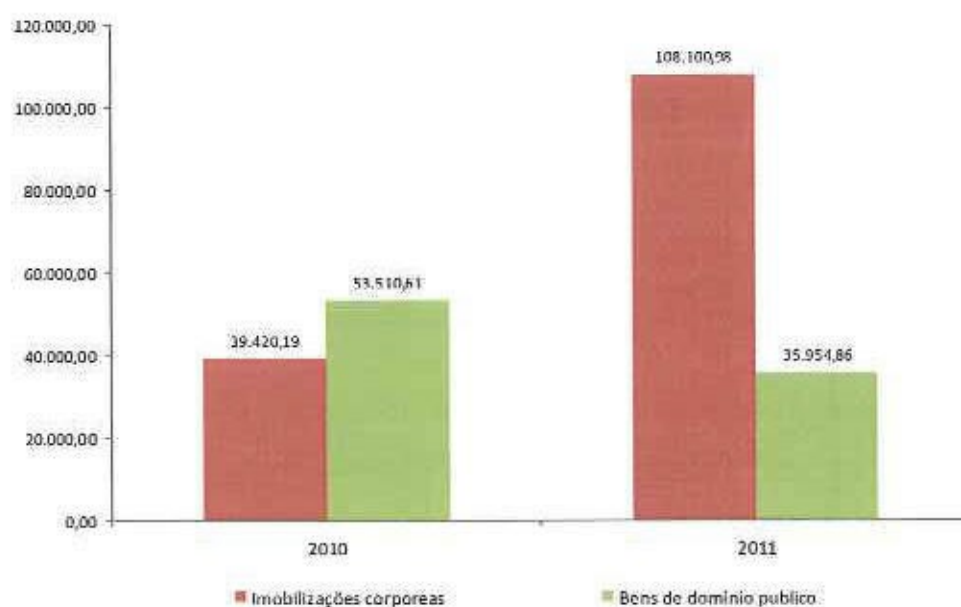
Proveitos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Vendas	239.207,30	84.290,93	-154.916,37	-64,76%



Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade totalizam 144 mil euros dos quais 108 mil euros respeitam a Instalações de Serviços e Escolas e 36 mil euros respeitam a bens de domínio público, nomeadamente intervenções (repavimentações, alargamentos, arranjos exteriores...) em diversas freguesias do Concelho (materiais e mão-de-obra).

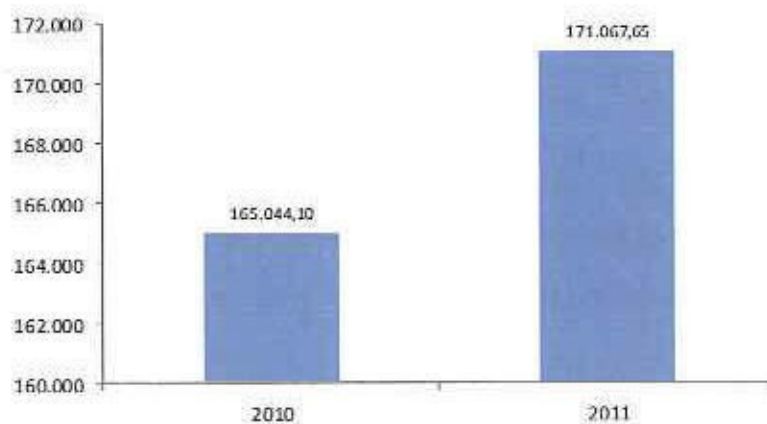
Proveltos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Trabalhos para a própria entidade				
Imobilizações corpóreas	39.420,19	108.100,98	68.680,79	174,23%
Bens de domínio publico	53.510,61	35.954,86	-17.555,75	-32,81%
Total	92.930,80	144.055,84	51.125,04	55,01%



Proveitos suplementares

Os proveitos suplementares englobam os proveitos referentes ao refeitório municipal

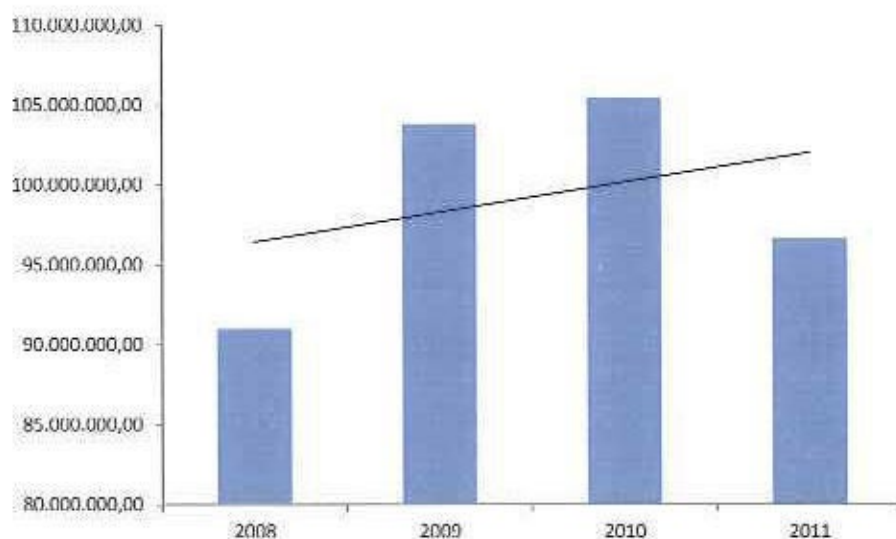
Proveitos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Proveitos suplementares	165.044,10	171.067,65	6.023,55	3,65%



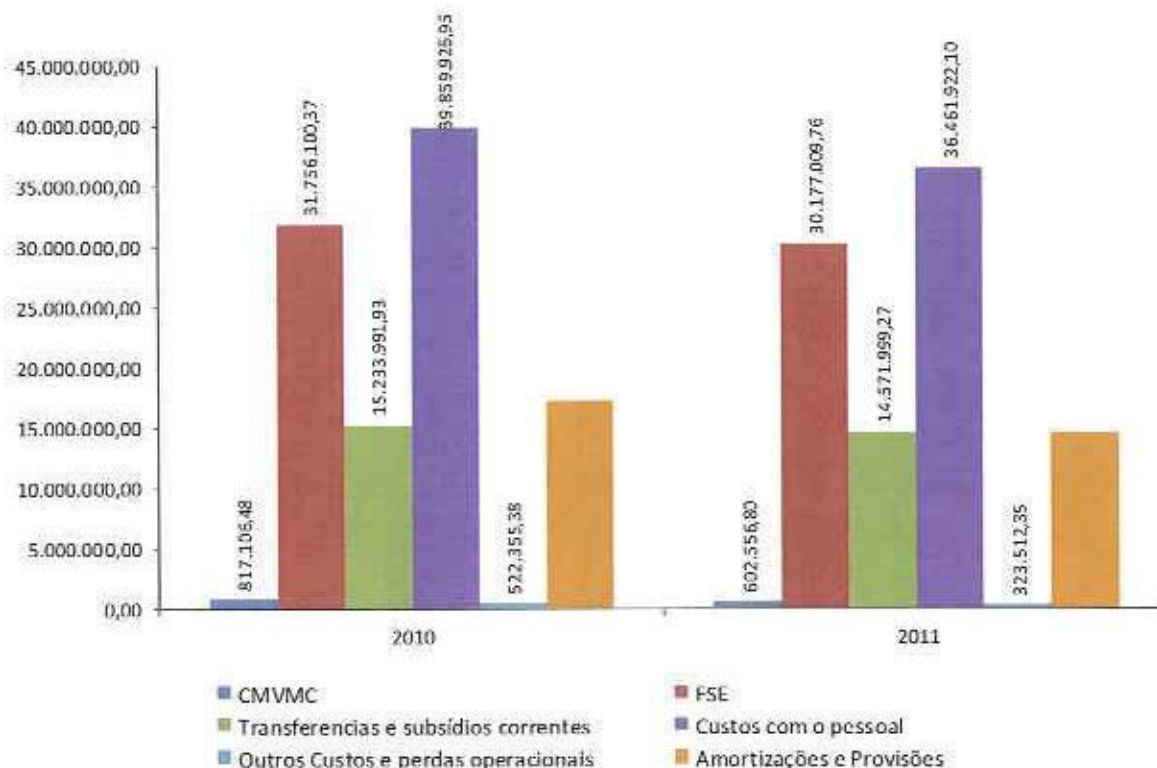
Seguidamente analisamos os custos da autarquia:

Custos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
CMVMC	817.106,48	602.556,80	-214.549,68	-26,26%
FSE	31.756.100,37	30.177.009,76	-1.579.090,61	-4,97%
Transferencias e subsídios correntes	15.233.991,93	14.571.999,27	-661.992,66	-4,35%
Custos com o pessoal	39.859.926,95	36.461.922,10	-3.398.004,85	-8,52%
Outros Custos e perdas operacionais	522.355,38	323.512,35	-198.843,03	-38,07%
Amortizações e Provisões	17.249.368,82	14.561.794,33	-2.687.574,49	-15,58%
Total	105.438.849,93	96.698.794,61	-8.740.055,32	-8,29%

Os custos operacionais têm tido nos últimos anos variações inconstantes, aliás como se pode constatar do gráfico representativo da situação, e que de acordo com o mesmo se verifica que a linha de tendência apresenta um movimento crescente.



Os Custos com Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos são os que em 2011 maior peso percentual têm no total global dos custos operacionais, mais exatamente 37,7% e 31,2% respetivamente.



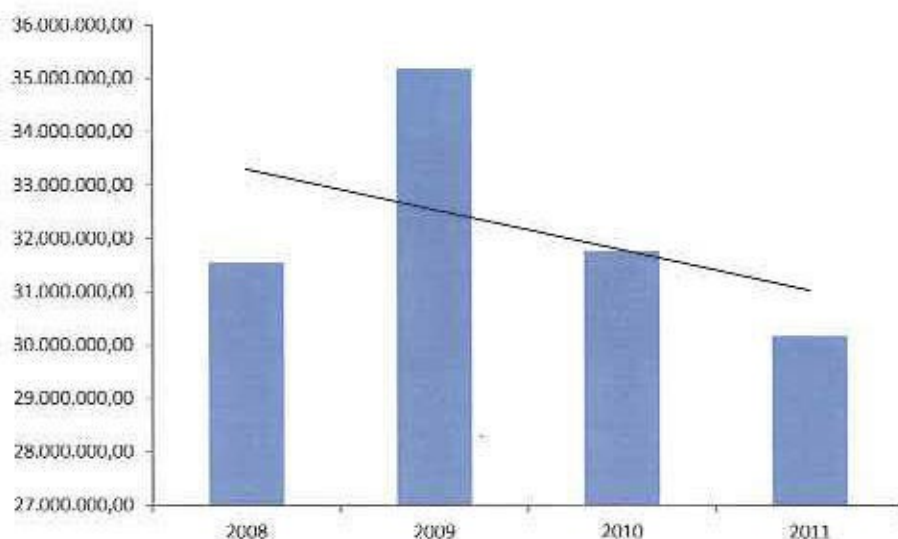
Globalmente os custos operacionais totalizam 96,7M€, menos 8,7 M€ em relação ao ano 2010.

Esta redução deve-se fundamentalmente a:

- Fornecimentos e serviços externos, que em termos absolutos representa 30 M€, o que comparativamente a período homólogo traduz uma redução de 1,6M€;
- As remunerações e os encargos sociais que apresentaram um total de 36,5M€, menos 3,4M€ do que em 2010;
- Transferências e subsídios concedidos que em 2011 representaram 14,6M€ e em 2010, 15,2M€, ou seja menos 0,6M€;
- Provisões do exercício, em 2011 foram cerca de 5,8 milhões enquanto em 2010 foi de 8,5M€, menos 2,7M€.

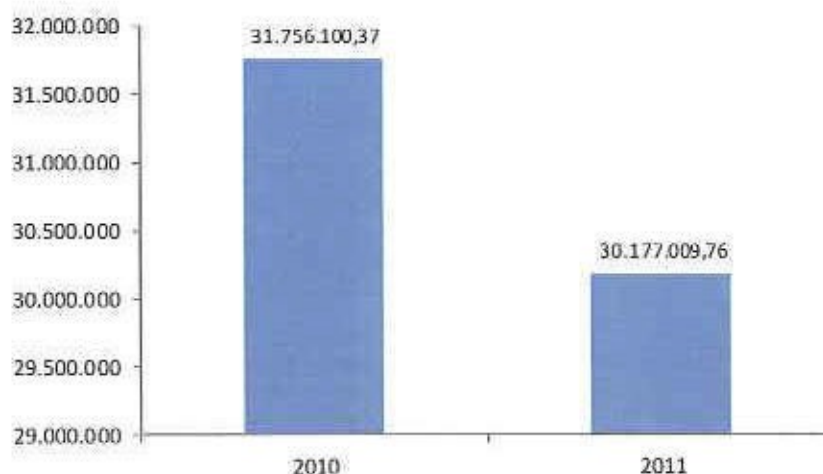
Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos apresentam, de acordo com os registos dos últimos 4 (quatro) anos, uma tendência decrescente.



No ano de 2011 os fornecimentos e serviços externos diminuíram 1,6 M€ conforme se pode verificar no quadro seguinte:

Custos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
FSE	31.756.100,37	30.177.009,76	-1.579.090,61	-4,97%



Dos 30M€ de fornecimentos e serviços externos destacam-se:

- 3,7M€ em eletricidade;
- 1,8M€ em água;
- 1,5M€ em locação que inclui essencialmente o aluguer de monoblocos para as escolas, o serviços de cópias/impressões o aluguer de veículos, aluguer de retroescavadora e serviços de transporte;
- 1,3M€ em transportes escolares;
- 1M€ em encargos de cobrança (Imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação, imposto municipal sobre transmissões onerosas imóveis, sisa e contribuição autárquica).
- 14,8M€ em Outros fornecimentos que incluem:
 - Saneamento, recolha e tratamento de efluentes /Simlejo (7,7M€);
 - Outros fornecimentos/SMAS (trab. de serralharia) no valor de 6 mil €;
 - Refeições escolares (6,7 M€);
 - Valorsul (181 mil euros)

Fornecimentos e Serviços Externos	2010	2011	Comparação	%
Eletricidade	2.907.193,10	3.663.550,53	756.357,43	26,02%
Combustíveis	102.632,42	83.753,01	-18.879,41	-18,40%
Água	2.163.559,52	1.842.271,95	-321.287,57	-14,85%
Outros fluidos	79,00	103,32	24,32	30,78%
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2.017,57	1.165,48	-852,09	-42,23%
Livros e documentação técnica	870,72	167,04	-703,68	-80,82%
Material de escritório	105.755,47	63.828,35	-41.927,12	-39,65%
Artigos para oferta	49.338,25	8.025,89	-41.312,36	-83,73%
Rendas e alugueres	905.804,49	885.430,26	-20.374,23	-2,25%
Alimentação, roupa e calçado	8.641,04	20.724,20	11.883,16	134,41%
Despesas de representação	231,25	186,10	-45,15	-19,52%
Comunicação	972.053,27	1.051.904,92	79.851,65	8,21%
Seguros	312.850,85	263.648,15	-49.202,70	-15,73%
Deslocações e estadas	4.810,53	10.639,51	5.828,98	121,17%
Honorários	203.956,58	329.864,78	125.908,20	61,73%
Contencioso e notariado	46.956,36	85.232,31	38.275,95	81,51%
Conservação e reparação	482.497,90	848.000,64	365.502,74	75,75%
Publicidade e propaganda	42.479,83	18.933,55	-23.546,28	-55,43%
Limpeza, higiene e conforto	857.378,10	810.872,31	-46.505,79	-5,42%
Vigilância e segurança	1.000.977,39	907.515,17	-93.462,22	-9,34%
Trabalhos especializados	580.586,35	292.718,71	-287.867,64	-49,58%
Transportes escolares	1.506.480,07	1.305.019,72	-201.460,35	-13,37%
Refeitório	275.900,20	298.106,92	22.206,72	8,05%
Inscrição cursos/seminários/conferências	3.139,84	24,60	-3.115,24	-99,22%
Condomínios	101.995,08	96.663,10	-5.331,98	-5,23%
Encargos de cobrança	1.086.372,42	1.011.242,95	-75.129,47	-6,92%
Material de cultura e recreio	2.397,83	0,00	-2.397,83	-100,00%
Outros fornecimentos e serviços	16.033.947,65	14.782.667,59	-1.251.280,06	-7,80%
Locação (Aluguer)	1.994.997,29	1.494.748,70	-500.248,59	-25,08%
Total	31.756.100,37	30.177.009,76	-1.579.090,61	-4,97%

Os Fornecimentos e serviços externos que mais aumentaram, quer em valor absoluto quer em termos percentuais foram:

- Eletricidade, + 756 mil de euros + 26,02%, sendo que a rubrica referente à iluminação pública é a que mais contribui para este resultado, de 1,8M€ em 2010 passa para 2,6M€ em 2011;
- Conservação e reparação, + 365 mil euros +75,75%, onde as rubricas referentes aos Equipamentos – 357 face a 78 mil euros registados em 2010, e a Outros – 408 face a 267 mil de euros em 2010, são as principais origens do aumento;
- Honorários, + 126 mil euros + 61,73%, o motivo do aumento registado nesta rubrica deve-se aos custos com as avenças, que de um valor registado em 2010 de 197 mil euros passa em 2011 para 330 mil euros;
- Comunicação, + 80 mil euros + 8,21%, um aumento das rubricas referentes aos telefones, fax (rede fixa) e dos CTT, acompanhado de uma redução



global dos custos com telemóveis e dos circuitos e internet, levaram a esta variação total nas comunicações;

- Contencioso e notariado, + 38 mil euros, 81,51%, influenciando o resultado o pagamento à Associação Comercial de Lisboa custos referentes ao processo da Gabimóvel;
- Refeitório, + 22 mil euros, + 8,05%, sendo que o aumento dos produtos alimentares com consequência das variações no IVA é a principal razão deste aumento;
- Alimentação, roupa e calçado, + 12 mil euros, 134,41%, e que se deve fundamentalmente à aquisição de equipamento de proteção civil;

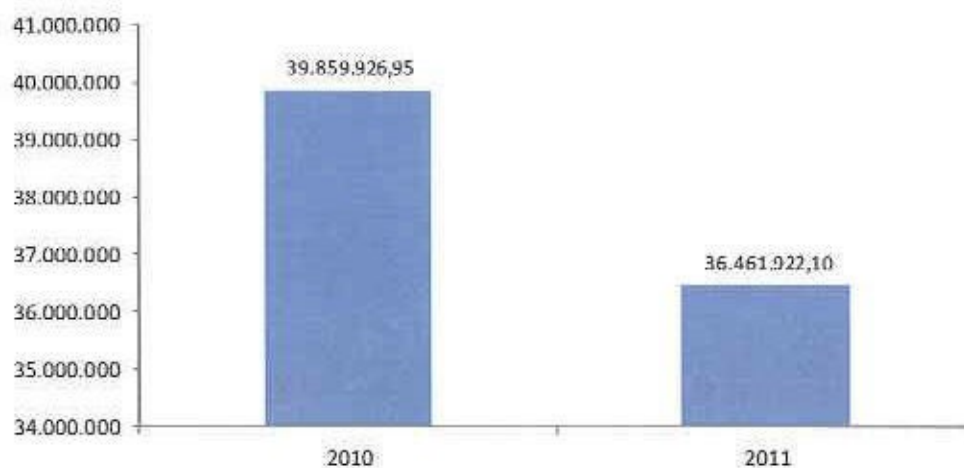
Por outro lado, os fornecimentos e serviços externos que mais reduziram, quer em valor absoluto quer em termos percentuais foram:

- Outros Fornecimentos e serviços externos, - 1,3M€ - 7,8%;
- Locação (aluguer) - 0,5M€ - 25,1%;
- Água - 321 mil euros - 14,9% e que se deve à redução do consumo verificado de água das instalações dos serviços municipais;
- Trabalhos especializados - 288 mil euros - 49,58%, sendo que os custos que globalmente mais contribuíram para este resultado foram os dos Estudos e pareceres - 80 mil euros, Trabalhos tipográficos - 35 mil euros e Outros trabalhos especializados - 190 mil euros;
- Transportes escolares - 201 mil euros - 13,37%.

Custos com Pessoal

Os custos com pessoal registam uma redução de 3,4 M€, de um valor registado em 2010 de 39,9 M€ passa para 36,5 M€ em 2011, -8,52%.

Custos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Custos com o pessoal	39.859.926,95	36.461.922,10	-3.398.004,85	-8,52%



Custos com pessoal	2010	2011	Comparação	%
Rem. dos membros dos orgaos autarquicos	252.316,98	255.845,85	3.528,87	1,40%
Remunerações do pessoal	33.198.890,56	30.399.976,39	-2.798.914,17	-8,43%
Pensões	49.725,19	22.137,52	-27.587,67	-55,48%
Encargos sobre renumeracoes	4.664.739,68	4.559.732,72	-105.006,96	-2,25%
Seguros de acidentes trab. e doencas prof.	290.971,25	271.420,44	-19.550,81	-6,72%
Outros custos com pessoal	1.403.283,29	952.809,18	-450.474,11	-32,10%
Total	39.859.926,95	36.461.922,10	-3.398.004,85	-8,52%

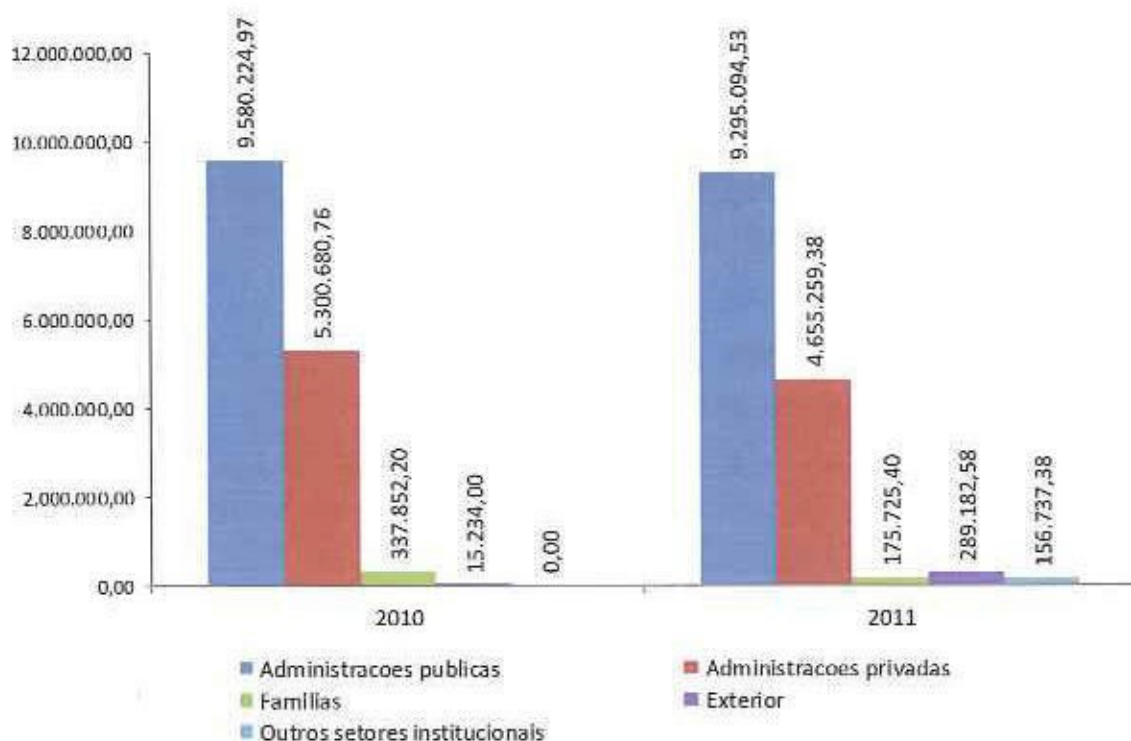
Numa análise mais trabalhada aos custos com pessoal, pode-se verificar que a redução de 2,8 M€ nas remunerações de pessoal, se deve fundamentalmente aos custos com as Remunerações Base do Pessoal -1,6 M€ e aos suplementos de remunerações -1,1M€.

Transferências Subsídios correntes concedidas

Transferências e subsídios concedidos apresentam uma redução de cerca 0,7 M€ comparativamente a período homólogo, de um valor em 2010 de 15,2 M€, passa para 14,6M€ em 2011.

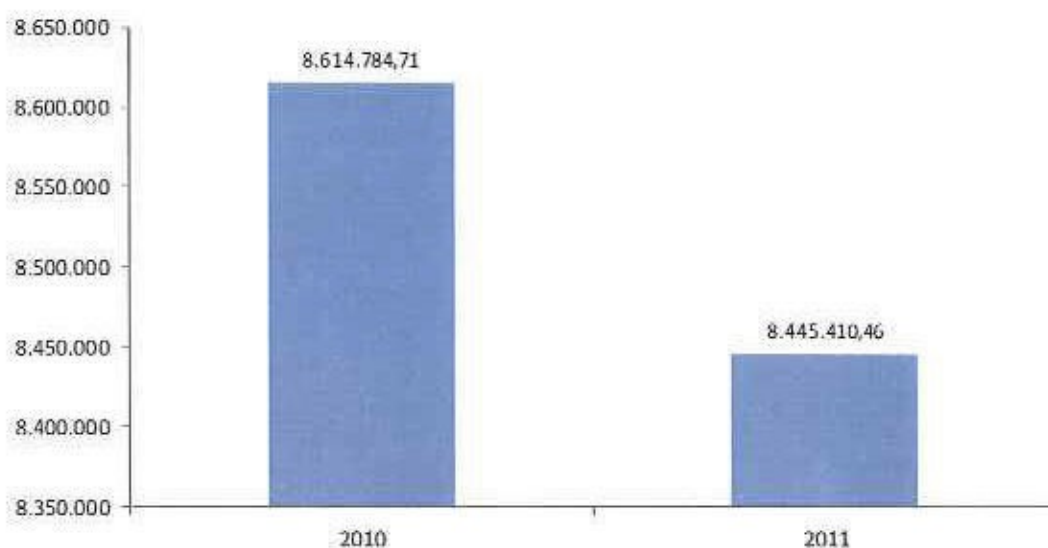
Handwritten signature

Transf.subsid. corrent.conc.prest.sociais	2010	2011	Comparação	%
Administracoes publicas	9.580.224,97	9.295.094,53	-285.130,44	-2,98%
Administracoes privadas	5.300.680,76	4.655.259,38	-645.421,38	-12,18%
Familias	337.852,20	175.725,40	-162.126,80	-47,99%
Exterior	15.234,00	289.182,58	273.948,58	1798,27%
Outros setores institucionais	0,00	156.737,38	156.737,38	0,00%
Total	15.233.991,93	14.571.999,27	-661.992,66	-4,35%



Das transferências para as administrações públicas destacam-se as freguesias num total de 8,4M€.

Administrações públicas	2010	2011	Comparação	%
Administração Autárquica				
Freguesias	8.614.784,71	8.445.410,46	-169.374,25	-1,97%



Das **transferências correntes concedidas**, 32% respeitam a administrações privadas/instituições particulares.

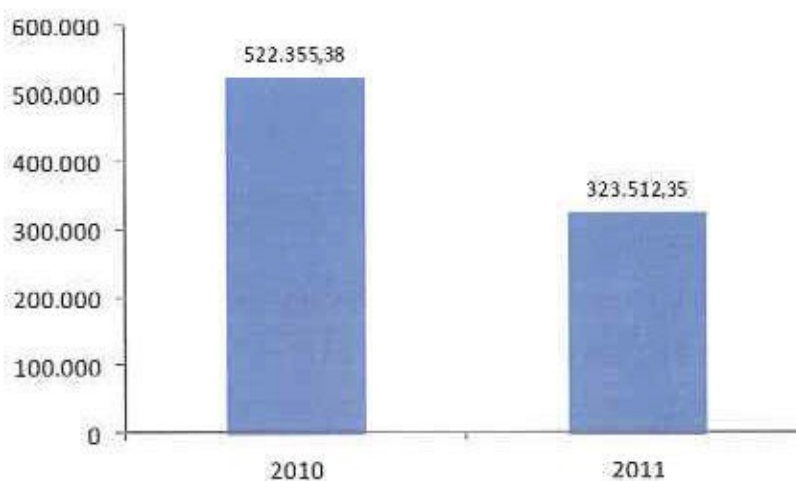
Destas destacam-se as transferências no âmbito do nº4 do artigo 64.º e artigo 67.º do Decreto-Lei 169/99 de 18 de Setembro " Compete à câmara municipal no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal":

- Grupos de intervenção permanentes (GIPE'S);
- PAAVB – Protocolo de apoio ao associativismo e voluntariado em bombeiros;
- Apoio ao associativismo (RMAA);
- Enriquecimento curricular, contrato programa desporto, rede concelhia de bibliotecas, projetos globais/escolas, Loures atleta jovem, festival de bandas, festival de folclore, semana regional e serviço de apoio à família.

Outros custos e perdas operacionais

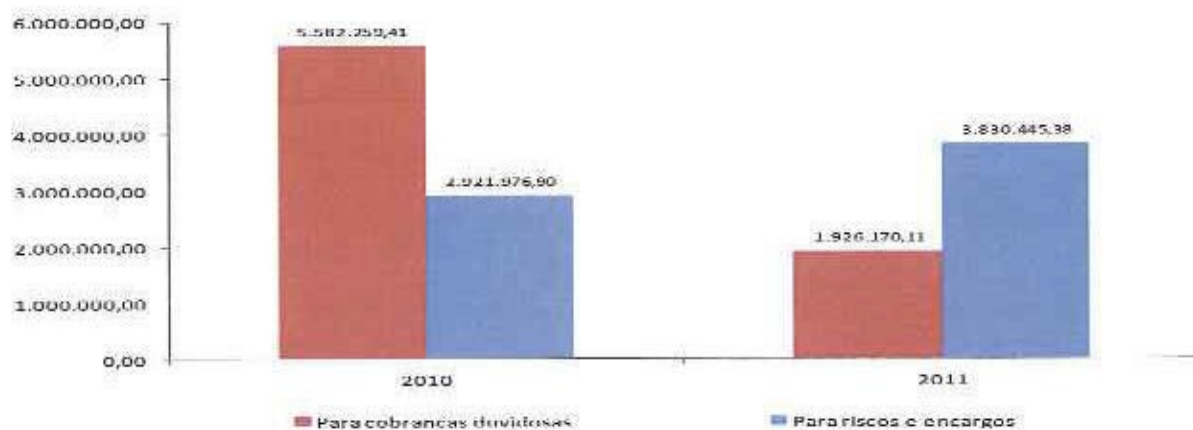
Os outros custos e perdas operacionais diminuíram cerca de 199 mil euros. Estes incluem essencialmente os impostos e taxas relativos à taxa de gestão de resíduos – Municipal, taxa de recursos hídricos - saneamento - recolha e tratamento efluentes, quotizações e outros custos e perdas operacionais.

Custos Operacionais	2010	2011	Comparação	%
Outros Custos e perdas operacionais	522.355,38	323.512,35	-198.843,03	-38,07%



Provisões do Exercício de 2011

Provisões do exercício	2010	2011	Comparação	%
Para cobranças duvidosas	5.582.259,41	1.926.170,11	-3.656.089,30	-65,49%
Para riscos e encargos	2.921.976,90	3.830.445,38	908.468,48	31,09%
Total	8.504.236,31	5.756.615,49	-2.747.620,82	-32,31%



Das provisões para outros riscos e encargos salientam-se:

- o Outros riscos e encargos:
 - 2,9 M€ de provisão para outros riscos e encargos – Parque Expo, SA.;
 - 0,5 M€ de provisão - Soenvil
- o Processos judiciais em curso no valor de 208 mil euros;
- o Sobre obrigações pecuniárias no valor de 113 mil euros.

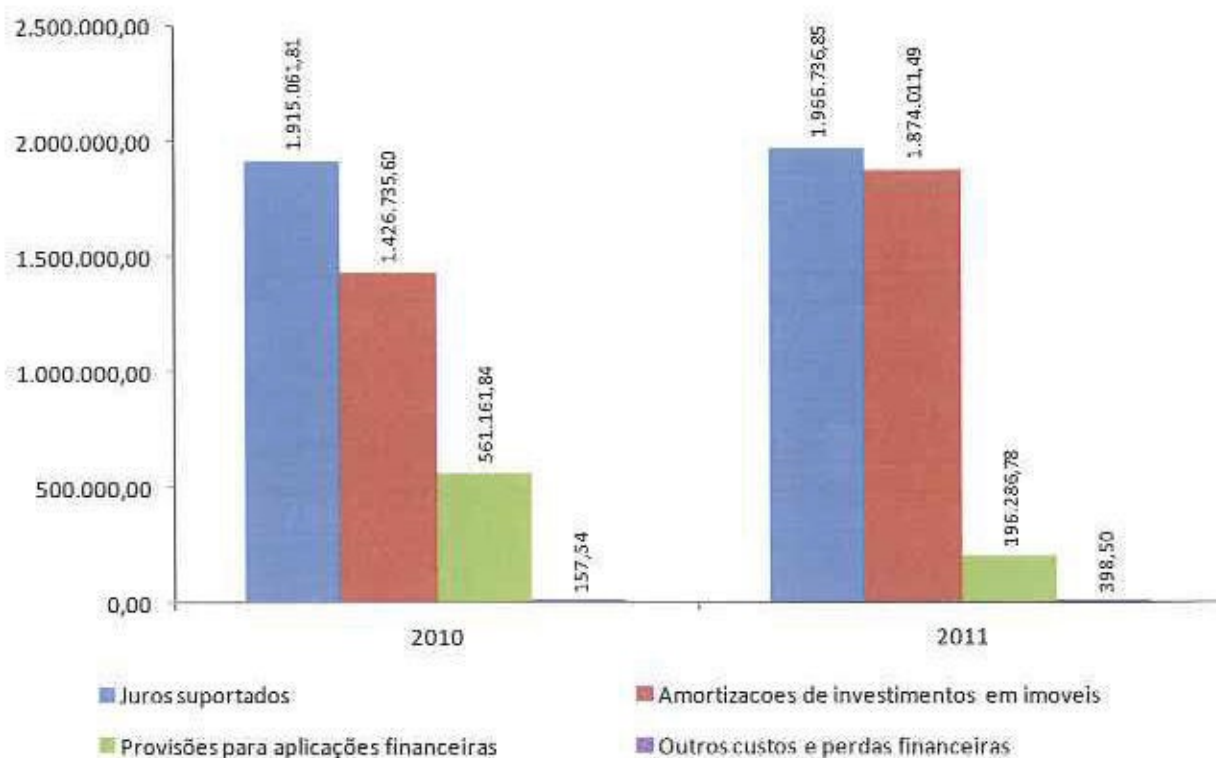
As provisões para cobranças duvidosas incluem em 2011:

- 0,7 M€ pela dívida do SAF;
- 0,9 M€ pelo ajustamento da provisão de cobrança duvidosa para a dívida de habitação social;
- 0,4 M€ pelo ajustamento da provisão de processos de contra-ordenações referentes a 31.12.2010.

Custos e Perdas Financeiras

Os custos e perdas financeiras aumentaram 3,4%, o que em termos absolutos representa 134 mil euros.

Custos e perdas financeiras	2010	2011	Comparação	%
Juros suportados	1.915.061,81	1.966.736,85	51.675,04	2,70%
Amortizações de investimentos em imóveis	1.426.735,60	1.874.011,49	447.275,89	31,35%
Provisões para aplicações financeiras	561.161,84	196.286,78	-364.875,06	-65,02%
Outros custos e perdas financeiras	157,54	398,50	240,96	152,95%
Total	3.903.116,79	4.037.433,62	134.316,83	3,44%



Relativamente aos juros suportados temos:

Juros suportados	2010	2011	Comparação	%
Empréstimos bancários m/l prazos				
Habitacao	116.078,09	212.357,92	96.279,83	82,94%
Investimentos municipais	525.346,43	465.872,56	-59.473,87	-11,32%
Outros				
Juros de Leasing	4.988,34	6.244,86	1.256,52	25,19%
Juros de mora e compensatórios	1.268.651,95	710.869,36	-557.782,59	-43,97%
Juros de acordos	0,00	571.392,15	571.392,15	0,00%
Total	1.915.064,81	1.966.736,85	51.672,04	2,70%

O aumento verificado nos juros referente aos empréstimos com a habitação deve-se quer a atualizações das taxas de juros e respetivos spreads que derivam dos contratos, quer a uma melhor avaliação dos acréscimos de custos a considerar no exercício.

A redução dos juros de mora e compensatórios, deriva da alteração na classificação dos juros de mora decorrentes dos acordos com fornecedores.

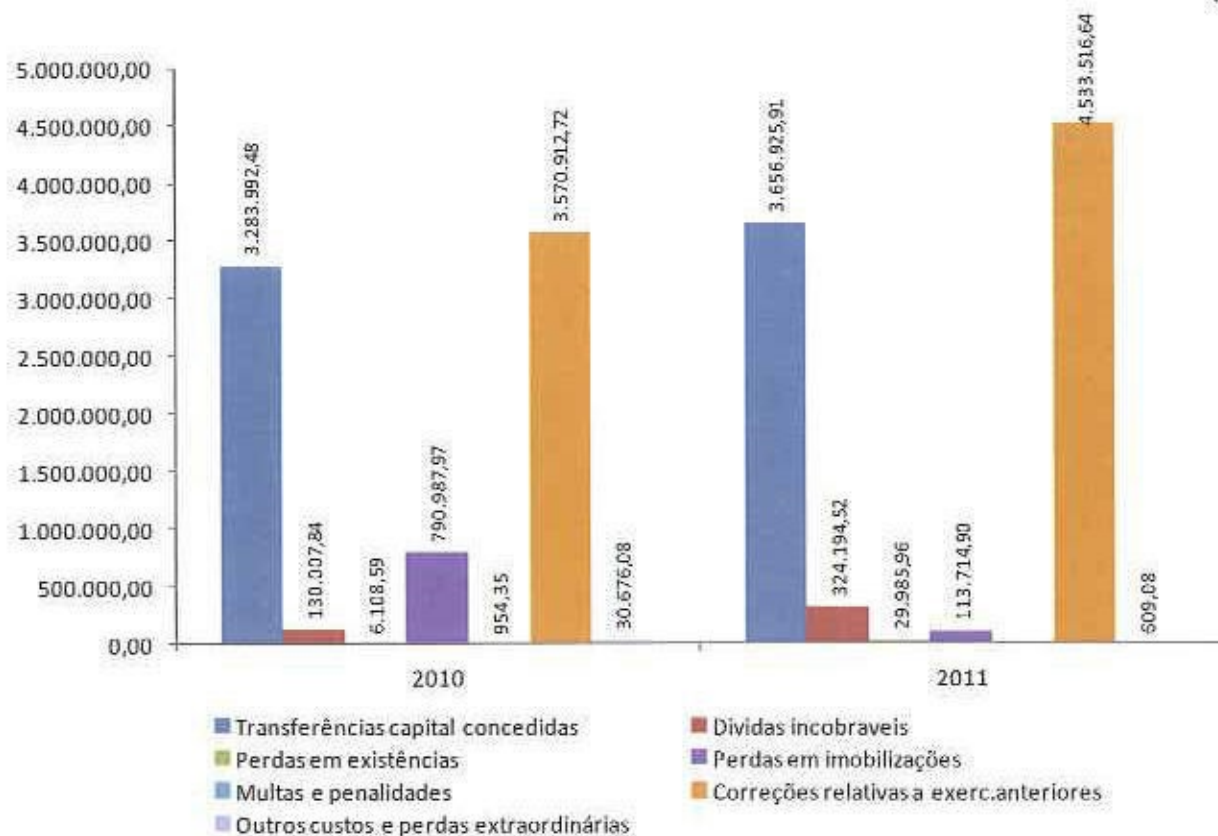
Relativamente às amortizações de investimentos em imóveis (Simtejo) detalham-se:

Amortizações de invest. em imóveis	2010	2011	Comparação	%
Edifícios e outras construções				
Emissário	7.356,29	31.318,05	23.961,76	325,73%
Estação Elevatória	2.616,40	2.302,44	-313,96	-12,00%
Conduta Elevatória	3.368,82	2.975,39	-393,43	-11,68%
Interceptor	125.808,77	192.647,53	66.838,76	53,13%
ETAR	1.287.585,32	1.644.768,08	357.182,76	27,74%
Total	1.426.735,60	1.874.011,49	447.275,89	31,35%

Custos e Perdas Extraordinários

Os custos e perdas extraordinários diminuíram 850 mil euros em relação ao ano 2010.

Custos e perdas extraordinários	2010	2011	Comparação	%
Transferências capital concedidas	3.283.992,48	3.656.925,91	372.933,43	11,36%
Dívidas incobráveis	130.007,84	324.194,52	194.186,68	149,37%
Perdas em existências	6.108,59	29.985,96	23.877,37	390,88%
Perdas em imobilizações	790.987,97	113.714,90	-677.273,07	-85,62%
Multas e penalidades	954,35	1.339,34	384,99	40,34%
Correções relativas a exerc. anteriores	3.570.912,72	4.533.516,64	962.603,92	26,96%
Outros custos e perdas extraordinárias	30.676,08	609,08	-30.067,00	-98,01%
Total	7.813.640,03	8.660.286,35	846.646,32	10,84%



Dos custos e perdas extraordinários salientam-se:

Um acréscimo nos custos relativos às correções relativas a exercícios anteriores em cerca de 1 milhão de euros.

Estas podem-se resumir às restituições, com cerca de 24 mil euros, e às outras correções relativas a exercícios anteriores, com cerca de 4,5 M€ face a 3,6 M€ registados em 2010.

As restituições referem-se a impostos indiretos, taxas, multas e outras penalidades, venda de bens e serviços correntes e outras despesas de capital.

Relativamente às transferências de capital concedidas, 73,5% destinam-se às freguesias, mais exatamente 2,7 M€.

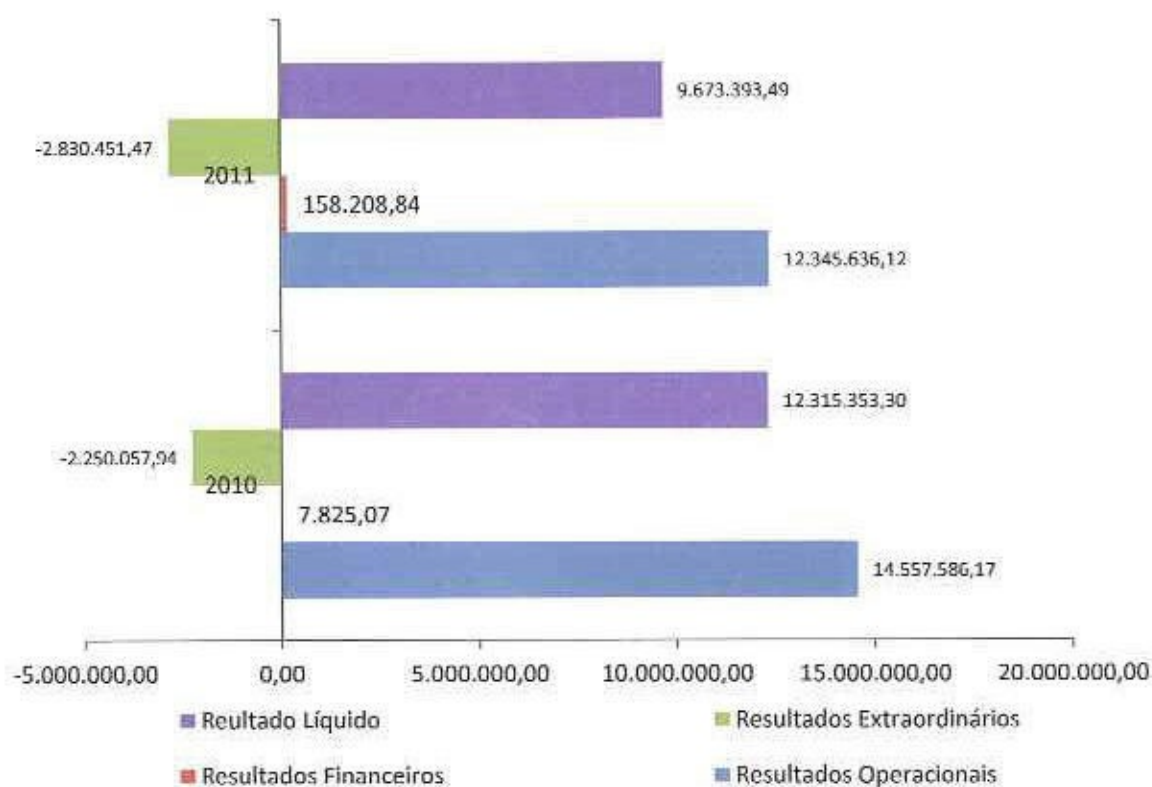
Transferências capital concedidas	2010	2011
Freguesias	2.822.577,14	2.686.330,52
Instituições particulares	337.541,06	943.710,59
Famílias	123.874,28	26.884,80
Total	3.283.992,48	3.656.925,91

Handwritten signature

Demonstração de Resultados

O resultado líquido em 2011 é cerca de 9,7M€ face a 12,3M€ registados em 2010.

Resultados	2010	2011	Comparação	%
Resultados Operacionais	14.557.586,17	12.345.636,12	-2.211.950,05	-15,19%
Resultados Financeiros	7.825,07	158.208,84	150.383,77	1921,82%
Resultados Extraordinários	-2.250.057,94	-2.830.451,47	-580.393,53	25,79%
Resultado Líquido	12.315.353,30	9.673.393,49	-2.641.959,81	-21,45%

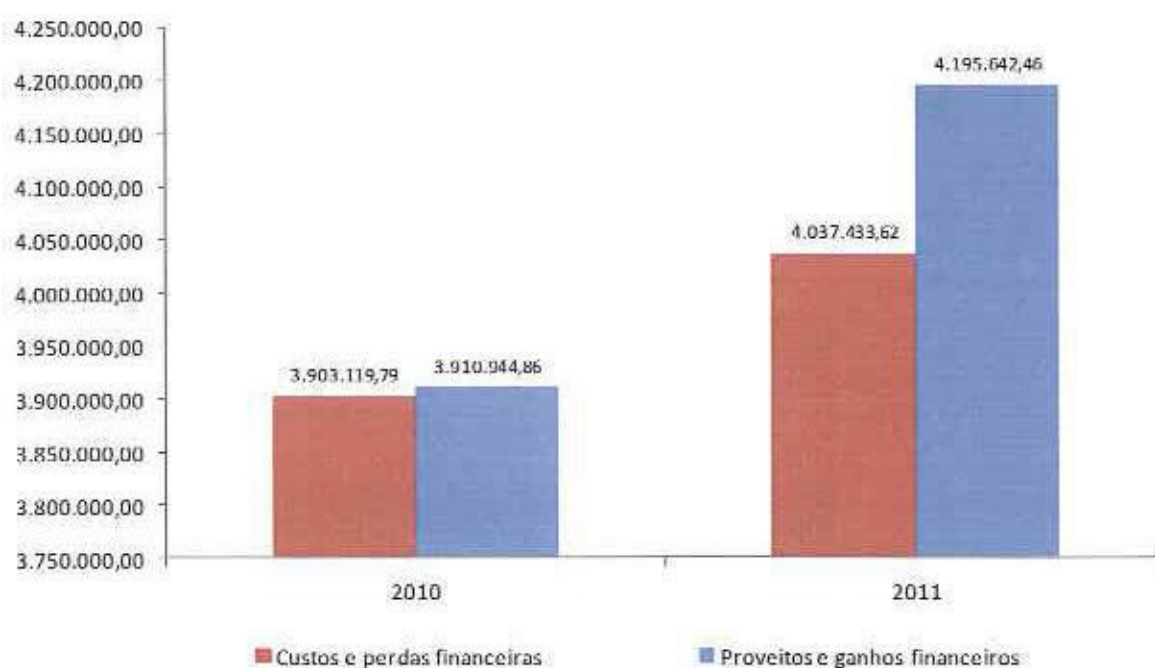


Os resultados operacionais diminuíram cerca de 2M€ devido à maior redução dos proveitos operacionais, -11M€ face à redução dos custos operacionais, -8M€.

Resultados Financeiros

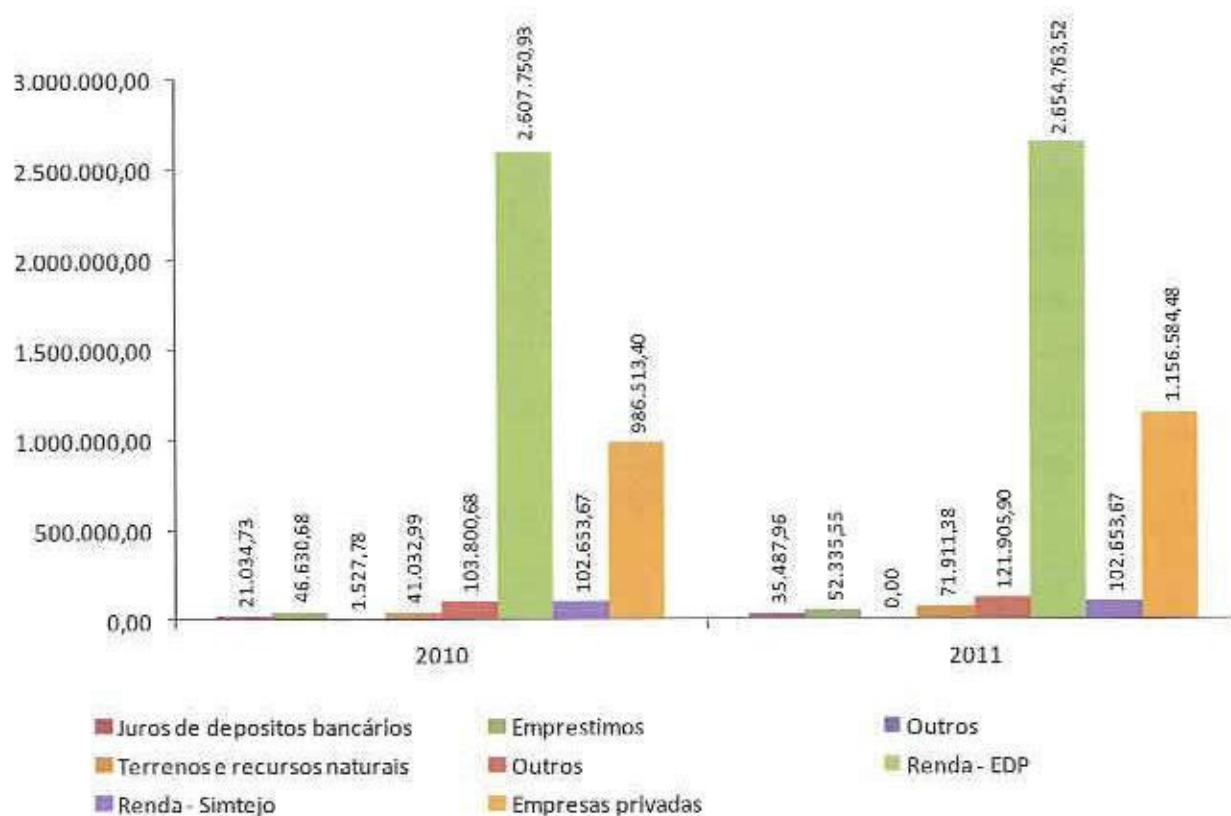
Resultados Financeiros	2010	2011	Comparação	%
Custos e perdas financeiras	3.903.119,79	4.037.433,62	134.313,83	3,44%
Proveitos e ganhos financeiros	3.910.944,86	4.195.642,46	284.697,60	7,28%
Total	7.825,07	158.208,84	150.383,77	1921,82%

Os resultados financeiros aumentaram devido a um maior acréscimo dos proveitos e ganhos financeiros relativamente aos custos e perdas financeiras.



Os proveitos e ganhos financeiros aumentaram 284 mil de euros face ao ano transato.

Proveitos e ganhos financeiros	2010	2011	Comparação	%
Juros obtidos				
Juros de depósitos bancários	21.034,73	35.487,96	14.453,23	68,71%
Empréstimos	46.630,68	52.335,55	5.704,87	12,23%
Outros	1.527,78	0,00	-1.527,78	-100,00%
Rendimentos de Imóveis				
Terrenos e recursos naturais	41.032,99	71.911,38	30.878,39	75,25%
Edifícios e outras construções				
Outros	103.800,68	121.905,90	18.105,22	17,44%
Renda - EDP	2.607.750,93	2.654.763,52	47.012,59	1,80%
Renda - Simtejo	102.653,67	102.653,67	0,00	0,00%
Rendimentos de particip.de capital				
Empresas privadas	986.513,40	1.156.584,48	170.071,08	17,24%
Total	3.910.944,86	4.195.642,46	284.697,60	7,28%



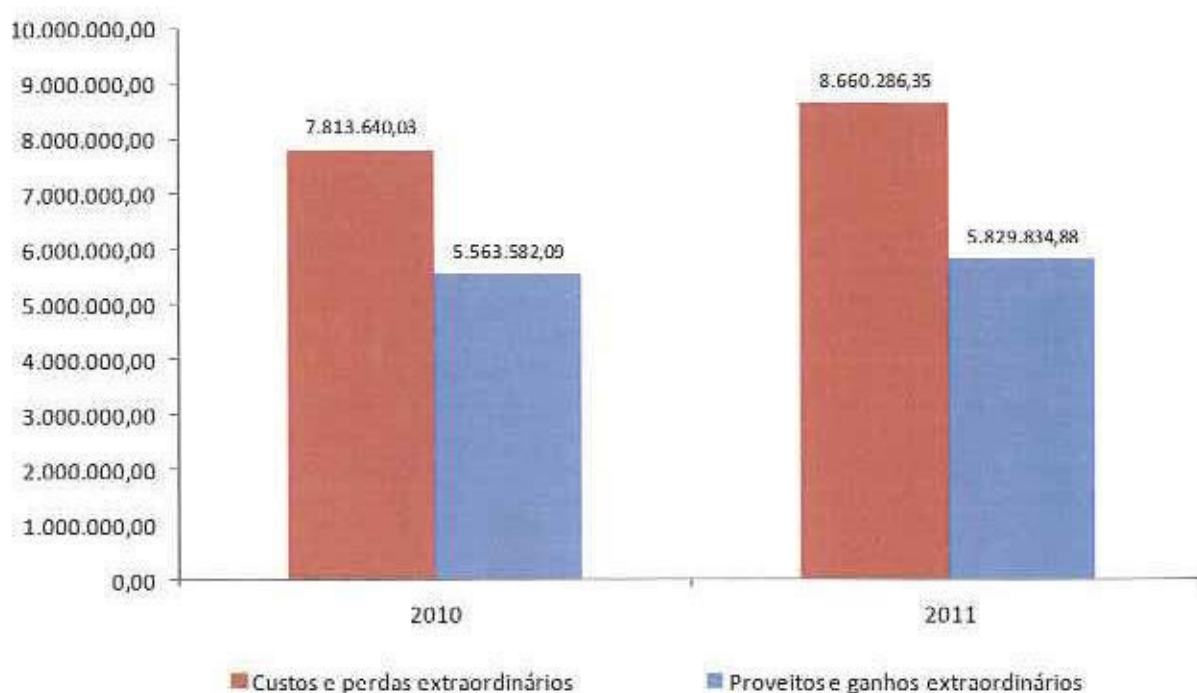
Do total dos proveitos e ganhos financeiros destacam-se:

- 2,7M€ relativos à renda EDP;
- 1,2M€ de rendimentos de participações de capital (empresas privadas):
 - 0,8M€ de remuneração do capital social da Valorsul;
 - 0,4M€ de remuneração de dividendos do exercício de 2010 da Simtejo, SA.

Resultados extraordinários

Resultados extraordinários	2010	2011	Comparação	%
Custos e perdas extraordinários	7.813.640,03	8.660.286,35	846.646,32	10,84%
Proveitos e ganhos extraordinários	5.563.582,09	5.829.834,88	266.252,79	4,79%
Total	-2.250.057,94	-2.830.451,47	-580.393,53	25,79%

Os resultados extraordinários aumentaram 0,6M€.



Proveitos e ganhos extraordinários	2010	2011	Comparação	%
Ganhos em existências	13.872,87	856,53	-13.016,34	-93,83%
Ganhos em imobilizações	44.702,91	498.302,28	453.599,37	1014,70%
Benefícios de penalidades contratuais	540.463,59	1.248.782,57	708.318,98	131,06%
Reduções de amortizações e provisões	1.382.041,78	884.274,19	-497.767,59	-36,02%
Correções relativas a exerc. anteriores	895.050,23	949.868,59	54.818,36	6,12%
Outros proveitos e ganhos extraordinários	2.687.450,71	2.247.750,72	-439.699,99	-16,36%
Total	5.563.582,09	5.829.834,88	266.252,79	4,79%



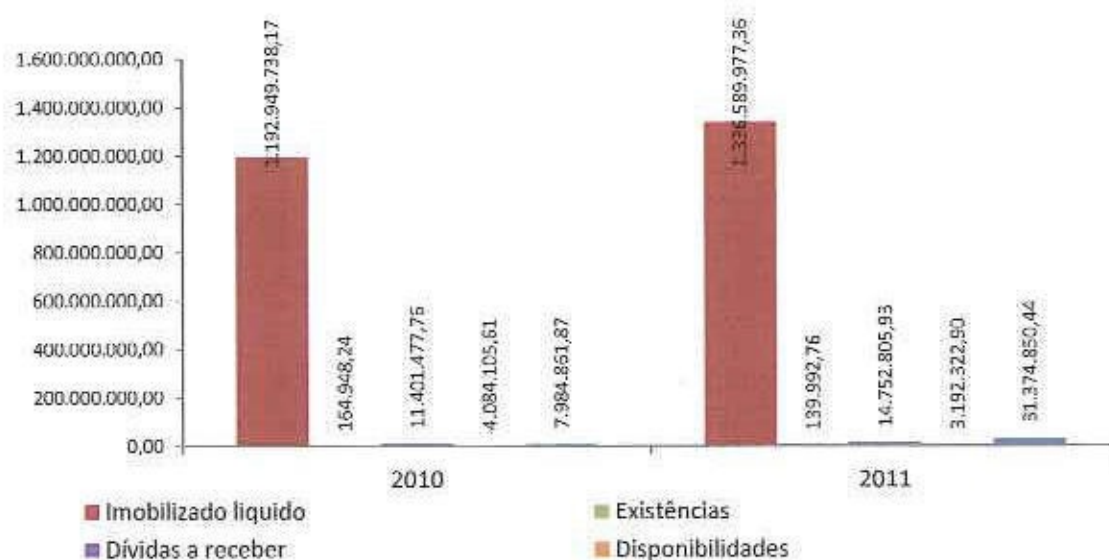
Balanço



Ativo

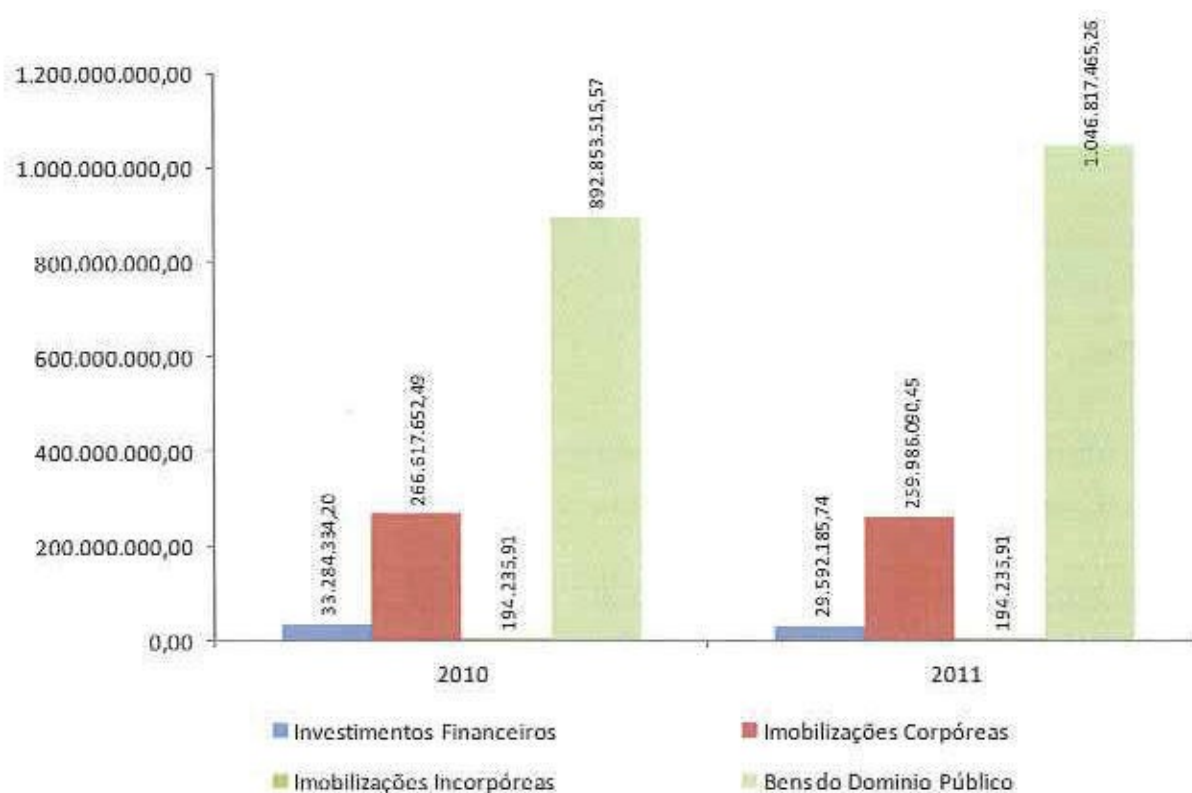
O ativo em 2011 totalizou 1,4 mil milhões de euros, o que representa uma variação de 14% relativamente a período homólogo, +169M€.

Estrutura do ativo	2010	2011	Comparação	%
Imobilizado líquido	1.192.949.738,17	1.336.589.977,36	143.640.239,19	12,04%
Existências	164.948,24	139.992,76	-24.955,48	-15,13%
Dívidas a receber	11.401.477,76	14.752.805,93	3.351.328,17	29,39%
Disponibilidades	4.084.105,61	3.192.322,90	-891.782,71	-21,84%
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	7.984.861,87	31.374.850,44	23.389.988,57	292,93%
Total	1.216.585.131,65	1.386.049.949,39	169.464.817,74	13,93%



Imobilizado

O imobilizado representa 96,4% do ativo.



Imobilizado líquido	2010	2011	Comparação	%
Investimentos Financeiros	33.284.334,20	29.592.185,74	-3.692.148,46	-11,09%
Imobilizações Corpóreas	266.617.652,49	259.986.090,45	-6.631.562,04	-2,49%
Imobilizações Incorpóreas	194.235,91	194.235,91	0,00	0,00%
Bens do Domínio Público	892.853.515,57	1.046.817.465,26	153.963.949,69	17,24%
Total	1.192.949.738,17	1.336.589.977,36	143.640.239,19	12,04%

Do conjunto do imobilizado destaca-se os bens de domínio público, que com um valor de mil milhões de euros representa cerca de 75,5% do ativo líquido.

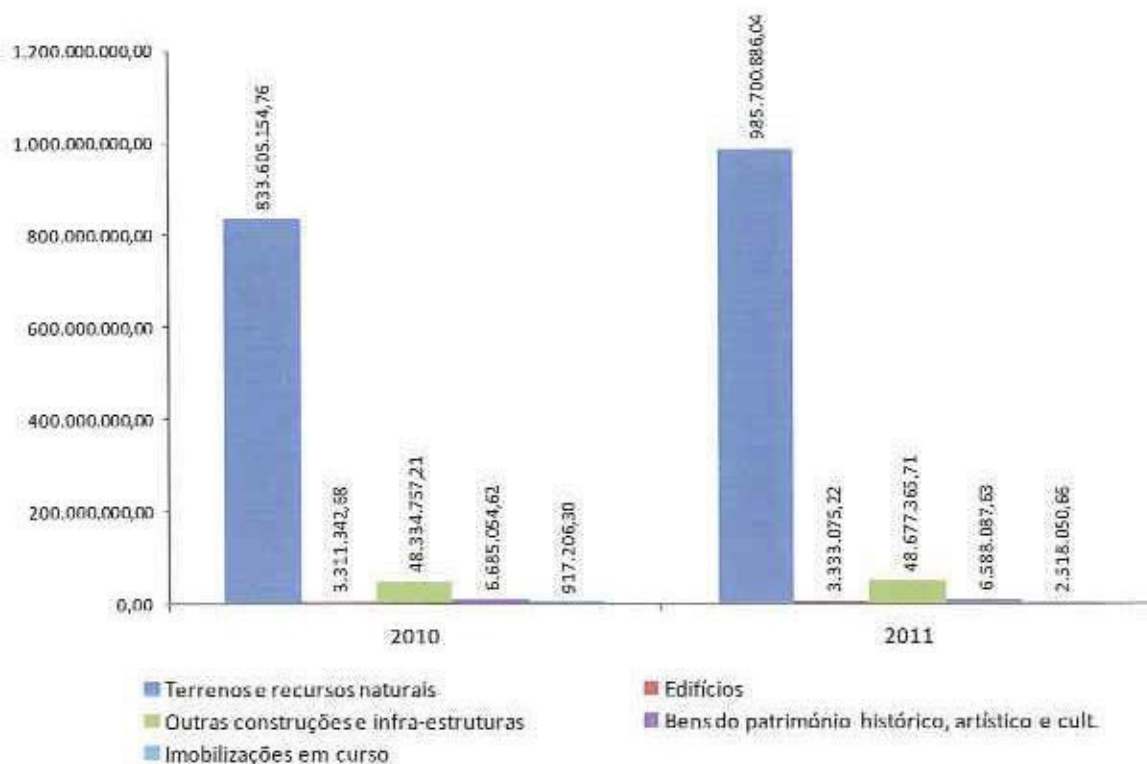


Bens de domínio público:

O conjunto das coisas e direitos públicos pertencentes à Administração formam o domínio público. Não podem ser objecto de direitos privados, pelo que consideram-se fora do comércio.

Os bens de domínio público são por definição o conjunto de coisas pertencentes a uma pessoa coletiva de direito público de população e território, submetidas por lei, dado o fim de utilidade pública a que se encontram afetas, a um regime jurídico especial caracterizado fundamentalmente pela sua inalienabilidade.

Bens do Domínio Público	2010	2011	Comparação	%
Terrenos e recursos naturais	833.605.154,76	985.700.886,04	152.095.731,28	18,25%
Edifícios	3.311.342,68	3.333.075,22	21.732,54	0,66%
Outras construções e infra-estruturas	48.334.757,21	48.677.365,71	342.608,50	0,71%
Bens do património histórico, artístico e cult	6.685.054,62	6.588.087,63	-96.966,99	-1,45%
Imobilizações em curso	917.206,30	2.518.050,66	1.600.844,36	174,53%
Total	892.853.515,57	1.046.817.465,26	153.963.949,69	17,24%



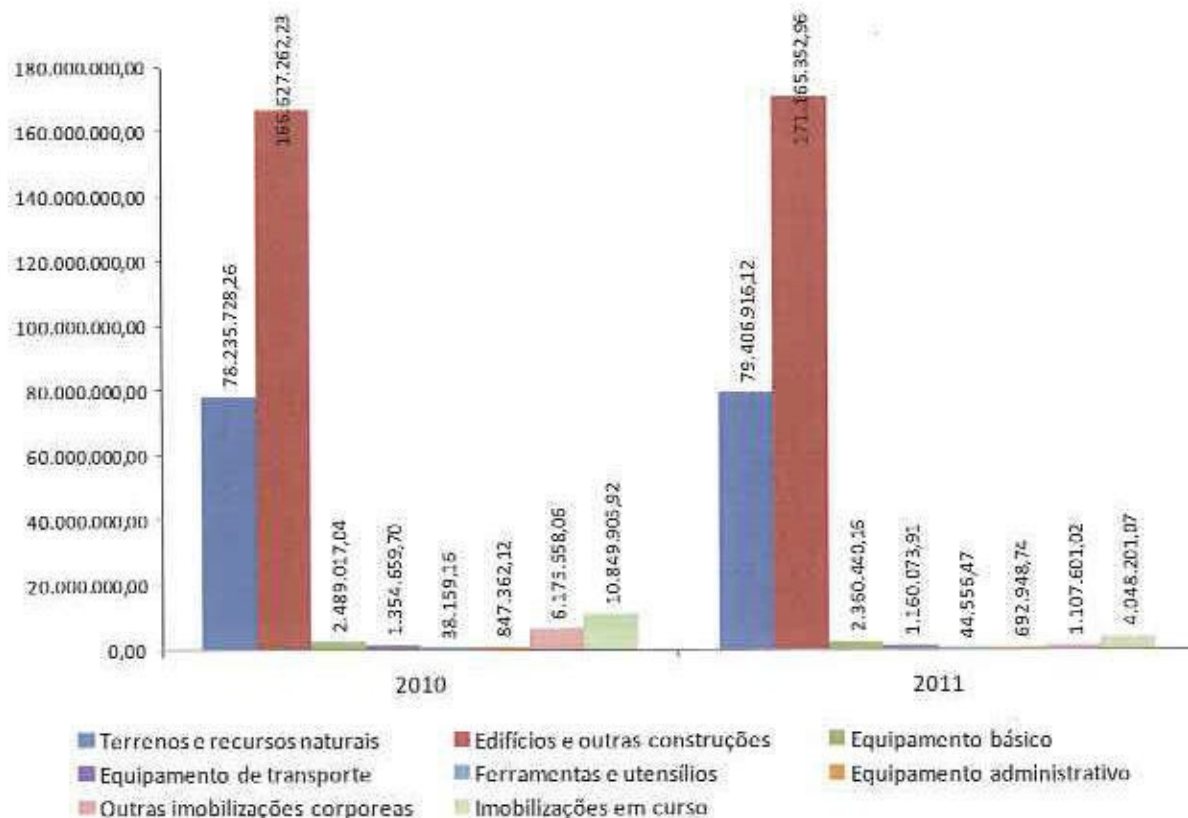
Dos bens de domínio público destacam-se os terrenos e recursos naturais +152M€ em relação ao período homólogo. O aumento deve-se sobretudo ao registo de áreas cedidas no âmbito dos alvarás de licença de loteamento para vias e espaços públicos (para equipamentos, arruamentos, estacionamento e espaços verdes).

Estas cedências são valorizadas de acordo com Regulamento de taxas municipais (alvarás de licenças de loteamento para licenças de equipamentos e zonas verdes) ao abrigo do artigo 44.º do Regime Jurídico da Edificação Urbana.

Relativamente ao aumento de 1,6 M€ nas Imobilizações em Curso, refira-se que o mesmo decorre fundamentalmente da reavaliação de obras (viadutos e arruamentos) registadas na rubrica genérica das imobilizações em curso (44.2) para domínio público.

Imobilizações corpóreas

Imobilizações corpóreas	2010	2011	Comparação	%
Terrenos e recursos naturais	78.235.728,26	79.406.916,12	1.171.187,86	1,50%
Edifícios e outras construções	166.627.262,23	171.165.352,96	4.538.090,73	2,72%
Equipamento básico	2.489.017,04	2.360.440,16	-128.576,88	-5,17%
Equipamento de transporte	1.354.659,70	1.160.073,91	-194.585,79	-14,36%
Ferramentas e utensílios	38.159,16	44.556,47	6.397,31	16,76%
Equipamento administrativo	847.362,12	692.948,74	-154.413,38	-18,22%
Outras imobilizações corpóreas	6.175.558,06	1.107.601,02	-5.067.957,04	-82,06%
Imobilizações em curso	10.849.905,92	4.048.201,07	-6.801.704,85	-62,69%
Total	266.617.652,49	259.986.090,45	-6.631.562,04	-2,49%



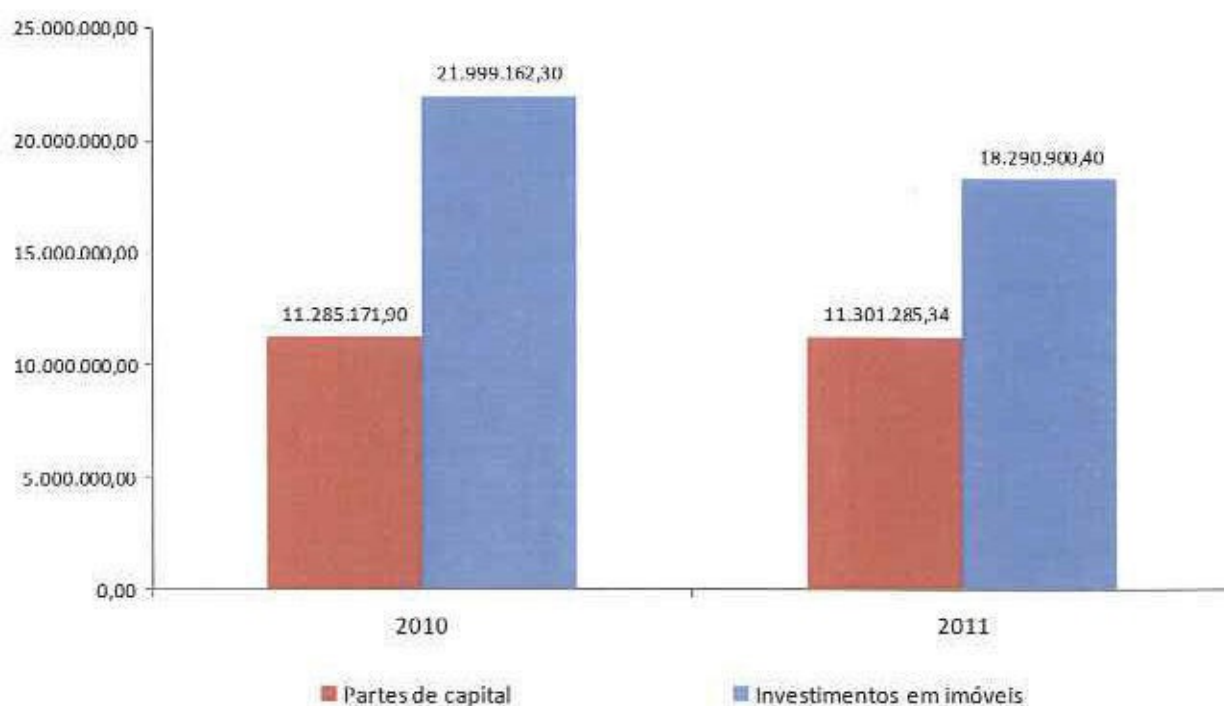
As imobilizações corpóreas representam 18,8% do ativo.

No ano de 2011 e comparativamente a período homólogo o valor das imobilizações corpóreas reduz em cerca 6,6M€.

Esta redução deve-se à conclusão de obras (escolas) e consequente transferência do valor registado em curso.

Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	2010	2011	Comparação	%
Partes de capital	11.285.171,90	11.301.285,34	16.113,44	0,14%
Investimentos em imóveis	21.999.162,30	18.290.900,40	-3.708.261,90	-16,86%
Total	33.284.334,20	29.592.185,74	-3.692.148,46	-11,09%



Os investimentos financeiros integram as partes de capital e os investimentos em imóveis.

Em termos de ativo bruto, temos:

Investimentos Financeiros	2011			2010
	AB	A/P	AL	AL
Partes de capital	12.177.633,18	876.347,84	11.301.285,34	11.285.171,90
Investimentos em imóveis	40.059.780,98	21.768.880,58	18.290.900,40	21.999.162,30
Total	52.237.414,16	22.645.228,42	29.592.185,74	33.284.334,20

Partes de Capital	2011	%
Geslours	3.561.952,67	100,00%
Louresparque	798.077,00	100,00%
Simtejo	4.450.500,00	11,50%
Valorsul	3.144.534,54	12,89%
Marl	222.568,97	1,98%



As partes de capital integram as empresas municipais e as empresas privadas ou cooperativas. Estas últimas desdobram-se em: Simtejo S.A, a Valorsul S.A e o Marl S.A.

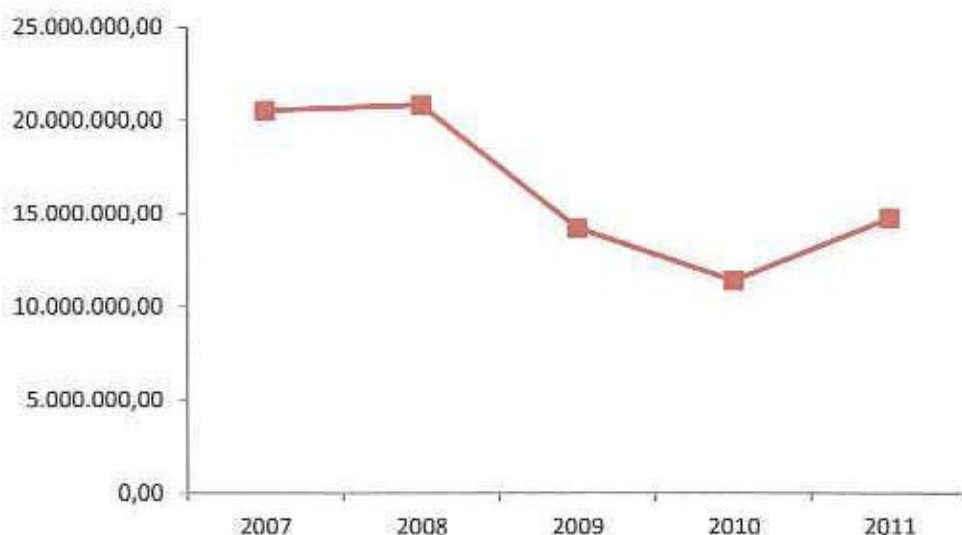
Investimentos em Imóveis	2011
Terrenos e recursos naturais	781.835,82
Edifícios e outras construções	
Outras construções	
Emissário	676.544,53
Estação elevatória	550.762,66
Condução elevatória	808.516,48
Intercetor	4.346.734,38
ETAR	32.895.387,11
Total	40.059.780,98

Na rubrica de investimentos em imóveis estão registados cerca de 40M€ (activo bruto) de investimentos em imóveis – terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções que respeitam ao contrato de concessão com a Simtejo. (bens que vieram à posse do Município, nomeadamente Etar de Frielas e Loures).

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros registam em 2011 um valor de 14,7M€, a que corresponde, quando comparado a período homólogo, a um aumento de 29,4% e que contraria a tendência dos últimos 2 (dois) anos.

Dívidas de terceiros	2010	2011	Comparação	%
Administração autárquica MLP	2.484.921,15	1.884.264,53	-600.656,62	-24,17%
Clientes c/c, contribuintes e utentes c/c	4.407.312,52	8.064.674,72	3.657.362,20	82,98%
Clientes c/c, contribuintes e utentes de cobr	274.347,85	285.954,68	11.606,83	4,23%
Estado e outros entos publicos	1.151.328,46	1.311.635,96	160.307,50	13,92%
Administração autárquica	298.762,04	0,00	-298.762,04	-100,00%
Outros devedores	2.784.805,74	3.206.276,04	421.470,30	15,13%
Total	11.401.477,76	14.752.805,93	3.351.328,17	29,39%



A rubrica dos clientes c/c, contribuintes e utentes c/c, e dentro desta a relativa aos utentes c/c é a que maior variação apresentou e a que maior peso teve no aumento registado nas dívidas de terceiros.

Esta situação deriva do resultado da rubrica **utentes c/c** que inclui a antecipação de rendas referentes à Simtejo e a dívida que decorre do serviço de apoio à família.

Os **Outros devedores** com um peso de 21,7% no total das dívidas de terceiros, apresentam um acréscimo de cerca de 420 mil euros comparativamente a 2010.

Para este efeito contribuíram os resultados dos:

- Devedores de transferências para as Autarquias Locais com um registo de 1,6 M€, face aos cerca de 700 mil do ano anterior, +900 mil euros e que se deve fundamentalmente ao aumento da dívida do estado relativamente a projetos co-financiados;
- Outros devedores, com 1,6 M€, menos 400 mil euros do valor registado em 2010;

Os devedores de transferências para as Autarquias Locais respeitam ao Estado e Fundos Comunitários do Estado, estão nesta situação:

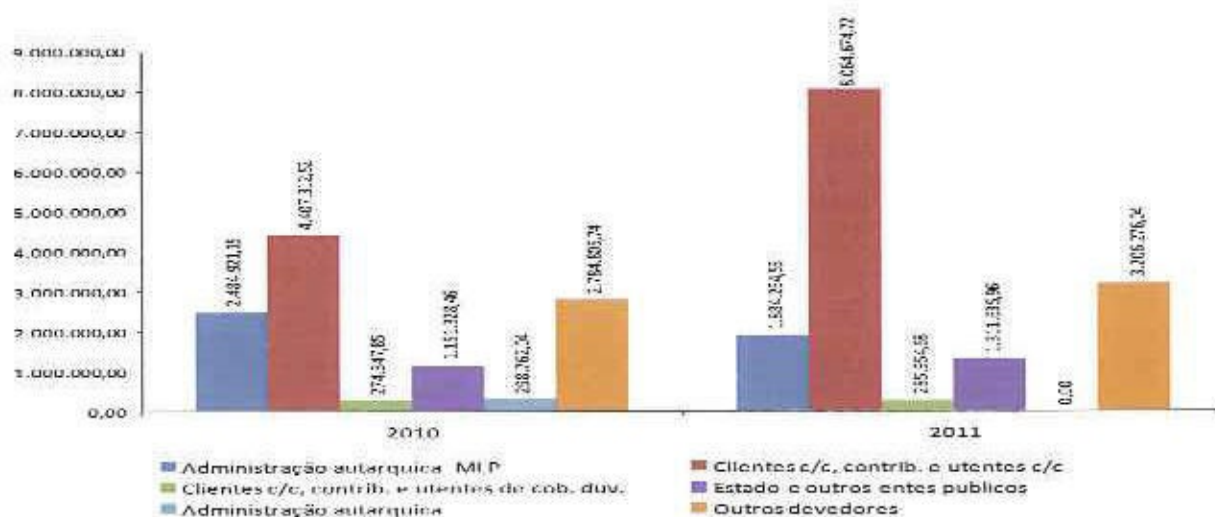
Handwritten signature

- o EB1/JI Quinta do Conventinho;
- o EB1/JI Quintas das Mós;
- o EB1 nº 3 de Loures para integração do JI do Fanqueiro;
- o Escola básica João Villaret;
- o Orquestras sinfónicas juvenis;
- o Regime Fruta Escolar;
- o Programa de generalização de fornecimento de refeições;
- o Serviço de apoio à família.

Dos outros devedores destacamos ainda a redução do item referente à facturação de tarifas de águas residuais correspondente à quota-parte da cobertura dos custos do sistema de gestão em alta do Município (SMAS).

As dívidas da **Administração Autárquica** (curto e longo prazo) resumem-se ao empréstimo contraído ao BPI para investimentos dos SMAS.

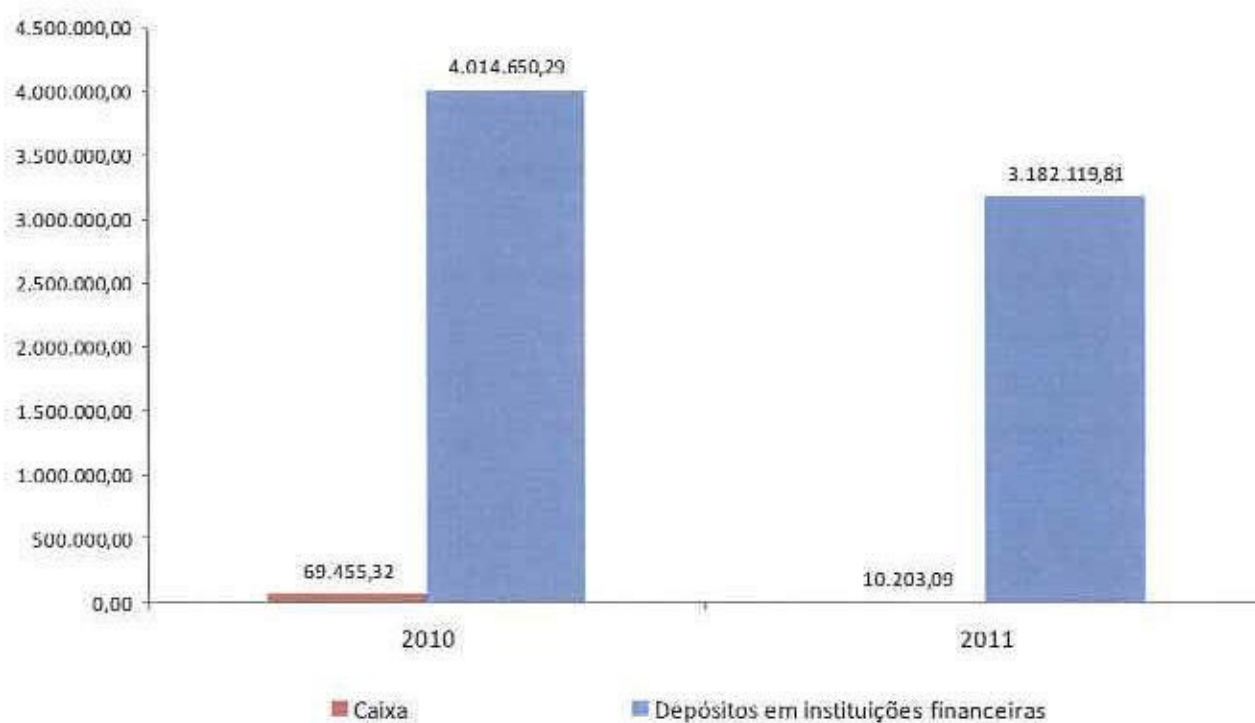
Os clientes, **contribuintes e utentes de cobrança duvidosa** registam 11,6M€ face a 10,2M€ registados em 2010. O aumento prende-se fundamentalmente com a constituição de provisões relativas ao serviço de apoio à família, habitação social e de processos de conta-ordenações



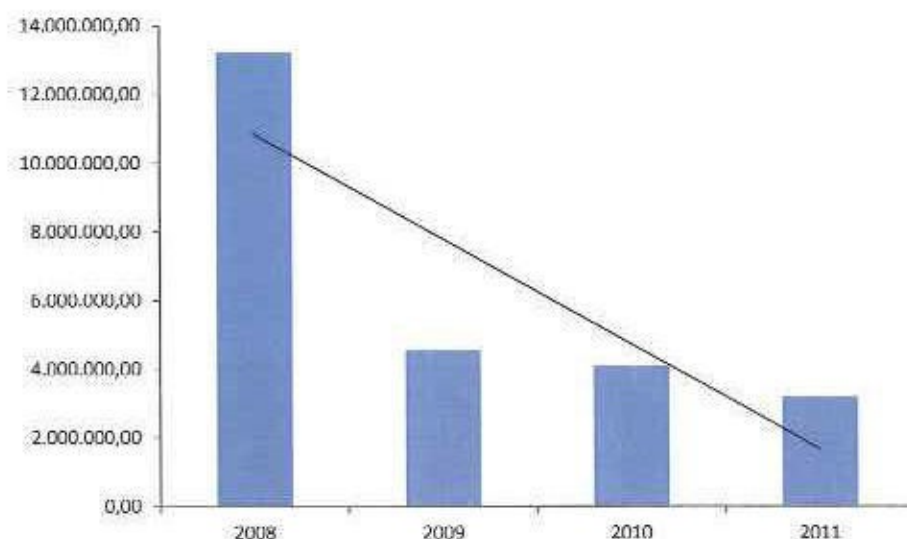
Disponibilidades

Disponibilidades	2010	2011	Comparação	%
Caixa	69.455,32	10.203,09	-59.252,23	-85,31%
Depósitos em instituições financeiras	4.014.650,29	3.182.119,81	-832.530,48	-20,74%
Total	4.084.105,61	3.192.322,90	-891.782,71	-21,84%

As disponibilidades diminuíram 21,8% em relação ao ano transato. Esta diminuição deve-se fundamentalmente à redução registada nos depósitos em instituições financeiras.



Numa análise quadrienal pode-se verificar que a tendência das disponibilidades é decrescente



Acréscimos de proveitos

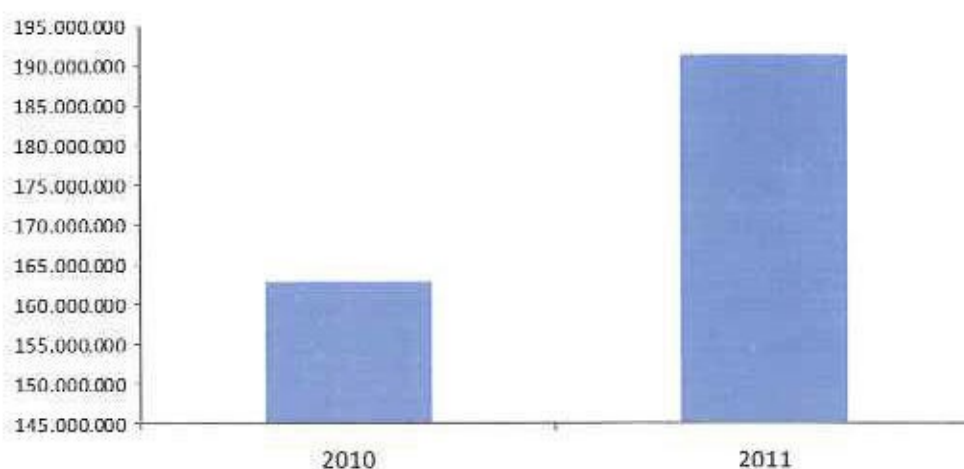
Os acréscimos de proveitos aumentaram 23,4M€. Esta variação deve-se ao resultado da rubrica referente a impostos que em 2011 conta com 27,8M€ de acréscimos referentes ao IML.

Este acréscimo deriva do aperfeiçoamento dos registos contabilísticos, que geraram provisões impostos cuja reajustamento só será efetuado em 2012.

Acréscimos de proveitos	2010	2011	Comparação	%
Juros a receber	7.783,71	78.155,28	70.371,57	904,09%
Impostos	2.447.958,11	29.178.513,30	26.730.555,19	1091,95%
Transferências obtidas	843.391,33	799.847,68	-43.543,65	-5,16%
Outros	4.658.640,35	1.277.928,34	-3.380.712,01	-72,57%
Total	7.957.773,50	31.334.444,60	23.376.671,10	293,76%

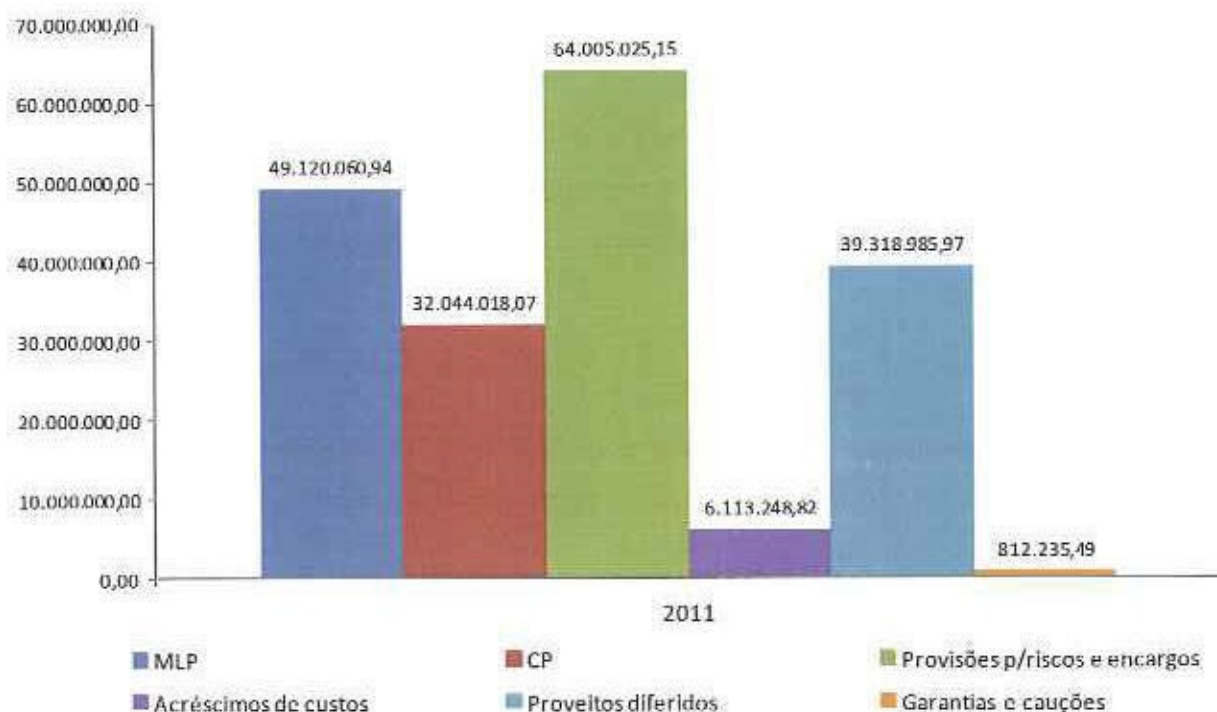
Passivo

O passivo totaliza cerca de 192M€, +17,5% em relação ao ano transacto, ou seja, + 28,6M€ e representa 13,8% do ativo e 16% dos fundos próprios.



Do passivo pode-se distinguir:

Passivo	2010	2011	Comparação	%
Passivo exigível				
MLP	54.735.936,09	49.120.060,94	-5.615.875,15	-10,26%
CP	29.861.699,48	32.044.018,07	2.182.318,59	7,31%
Provisões p/riscos e encargos	27.783.671,39	64.005.025,15	36.221.353,76	130,37%
Acréscimos de custos	6.272.178,41	6.113.248,82	-158.929,59	-2,53%
Proveitos diferidos	43.455.230,99	39.318.985,97	-4.136.245,02	-9,52%
Garantias e cauções	734.556,17	812.235,49	77.679,32	10,58%
Total	162.843.272,53	191.413.574,44	28.570.301,91	17,54%



O quadro a seguir demonstra o detalhe do passivo

Passivo	2010	2011	Comparação	%	Gráfico
Provisões para cob.duvid.+ riscos e encargos	27.783.671,39	64.005.025,15	36.221.353,76	130,37%	
MLP	54.735.936,09	49.120.060,94	-5.615.875,15		
Fornecedores de Médio e Longo prazo	0,00	0,00	0,00		
Fornecedores c/c acordos pagamento - MLP	7.384.191,46	3.725.216,23	-3.658.975,23	-49,55%	
Empréstimos de médio e longo prazo	45.634.005,54	44.569.095,66	-1.064.909,88	-2,33%	
Fornecedores Imobilizado c/ acordos pagamento - ML	1.717.739,09	825.749,05	-891.990,04	-51,93%	
CP	29.805.620,77	31.958.472,36	2.152.851,59		
Empréstimos CP	0,00	0,00	0,00		
Fornecedores c/c	9.895.434,92	14.947.303,82	5.051.958,70	51,05%	
Fornecedores c/c acordos pagamento - CP		3.908.996,30	3.908.996,30	0,00%	
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	11.577.346,62	6.838.763,13	-4.738.583,49	-40,93%	
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0,00		
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00		
Fornecedores de Imobilizado c/c	4.151.987,53	3.065.600,14	-1.086.387,39	-26,17%	
Fornecedores Imobilizado c/ acordos pagamento - CP	1.011.858,80	891.990,04	-119.868,76	-11,85%	
Fornecedores de Imobilizado -recspção conferencia	1.944.602,29	786.279,35	-1.158.322,94	-59,57%	
Estado e Outros Entes Públicos	530.622,40	449.436,40	-81.186,00	-15,30%	
Outros Credores	693.768,21	1.070.013,38	376.245,17	54,23%	
Garantias e Cauções	790.634,88	897.781,20	107.146,32	13,55%	
Acréscimos de Custos	6.272.178,41	6.113.248,82	-158.929,59	-2,53%	
Proveitos Diferidos	43.455.230,99	39.318.985,97	-4.136.245,02	-9,52%	
Total do Passivo	162.843.272,53	191.413.574,44	28.570.301,91	17,54%	

Numa análise mais trabalhada aos valores registados em 2011, pode-se aferir que:

Relativamente às dívidas a terceiros a médio e longo prazo, estas apresentaram um valor de 49M€, o que representa menos 5,6M€.

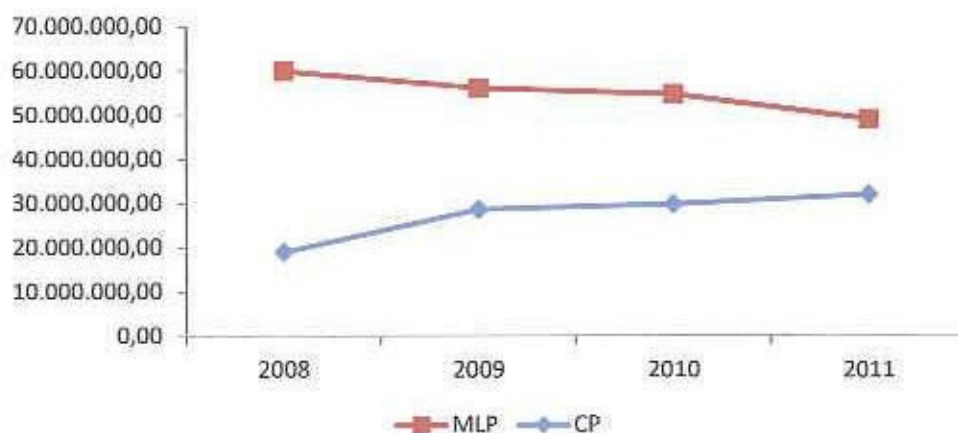
Do conjunto das rubricas aqui incluídas, a de peso reporta-se aos empréstimos obtidos, destes:

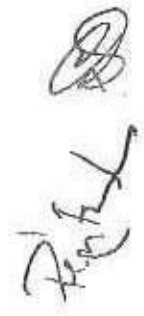
- 23,2M€ respeitam a empréstimos bancários para habitação;
- 19,4M€ respeitam a empréstimos bancários para investimentos municipais;
- 1,9M€ respeitam a empréstimos bancários de investimentos dos Serviços Municipalizados;

Os fornecedores c/c com acordos de pagamento a Médio e Longo Prazo, fruto da execução dos compromissos de curto prazo e do seu grau de exigibilidade, reduzem em cerca de 3,7M€ quando comparados a período homólogo.

Os fornecedores de imobilizado com acordos de pagamento a Médio e Longo Prazo diminuíram 0,9M€ comparativamente ao valor registado em 2010.

Quanto ao passivo de curto prazo e de médio/longo prazo, temos que:





As dívidas a terceiros a curto prazo apresentaram um valor de 32M€, o que representa + 2,2M€ comparativamente a 2010.

Os fornecedores c/c e os fornecedores com acordos de pagamento a curto prazo, foram as rubricas que maiores acréscimos tiveram, +5 e +4 M€ respetivamente, sendo que a que maior decréscimo apresentou foi a referente aos Fornecedores com facturas em recepção e conferência, -4,8M€.

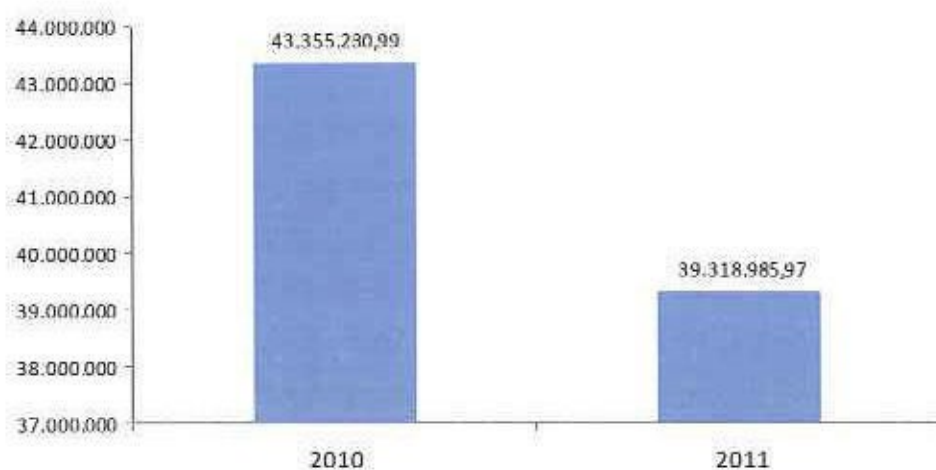
Este resultado deve-se sobretudo a um maior cuidado no registo dos compromissos com terceiros, bem como a uma análise mais consentânea com o grau de exigibilidade das dívidas decorrentes dos acordos de pagamentos com fornecedores.

Os fornecedores de imobilizado com acordos de pagamento a curto Prazo em 2011 diminuíram 1,2M€ comparativamente a período. Este fato deve-se fundamental ao cumprimento das obrigações decorrentes dos acordos.

Proveitos Diferidos

Proveitos diferidos	2010	2011	Comparação	%
Proveitos diferidos	43.455.230,99	39.318.985,97	-4.136.245,02	-9,52%

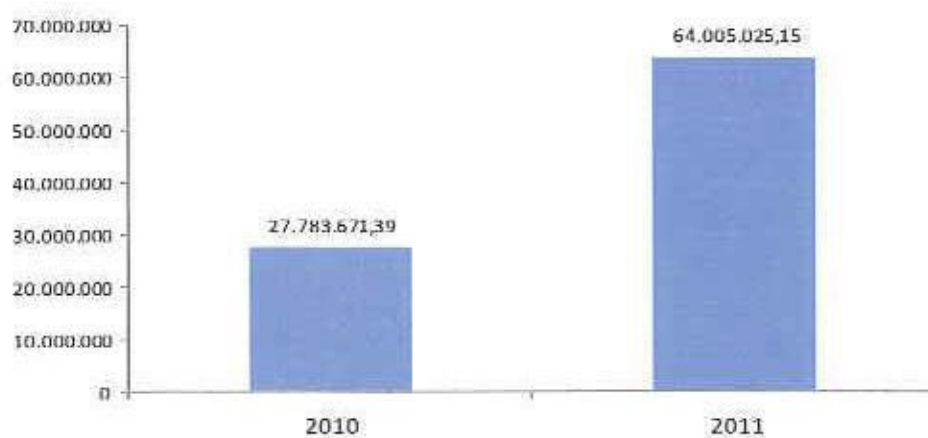
Os **proveitos diferidos** pesam 20,5% no total do passivo. A redução registada nesta rubrica resulta fundamentalmente da especialização do exercício dos subsídios ao investimento arrecadados.



Provisões para riscos e encargos Diferidos

As provisões para riscos e encargos representam em 2011, 33,4% do total do passivo, sendo que comparativamente a período homólogo apresenta um acréscimo de 36M€.

Provisões p/riscos e encargos	2010	2011	Comparação	%
Provisões p/riscos e encargos	27.783.671,39	64.005.025,15	36.221.353,76	130,37%



A variação registada resulta fundamentalmente da constituição de provisões para processos judiciais em curso no valor de 32,7M€ quer reportados ao exercício de 2011 quer a anos anteriores.

Acréscimos de custos

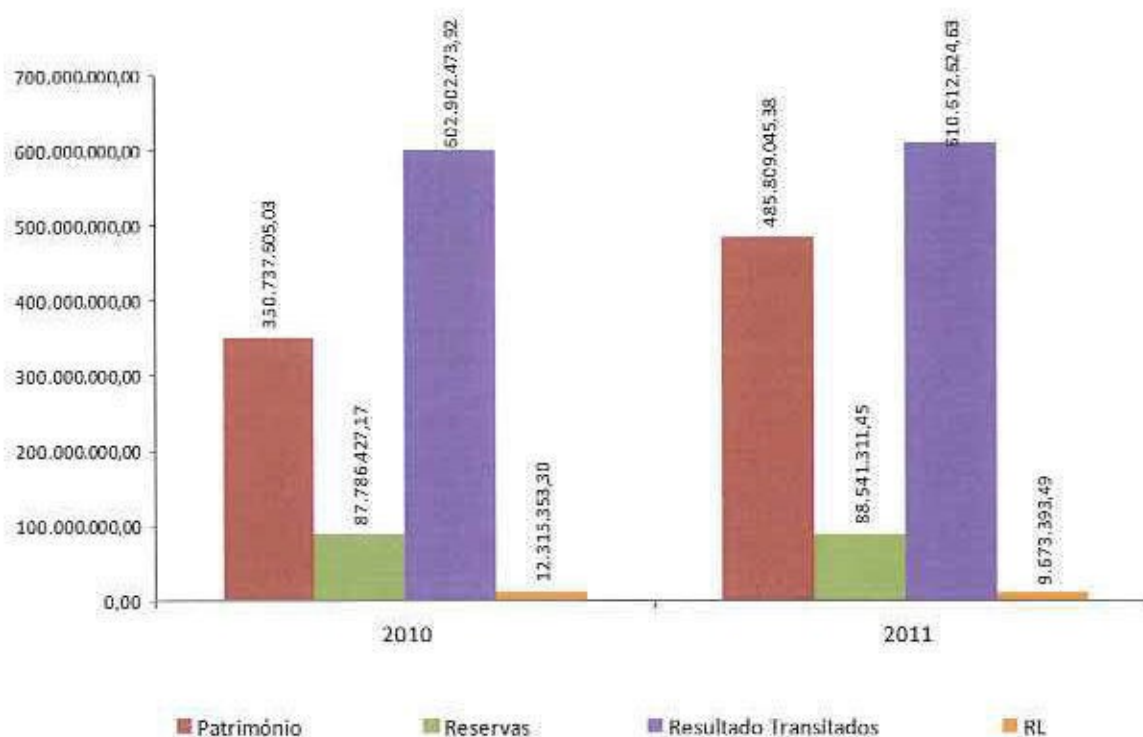
Os **acréscimos de custos** registam uma diminuição de 159 mil de euros comparativamente a 2010.

Acréscimos de custos	2010	2011	Comparação	%
Acréscimos de custos	6.272.178,41	6.113.248,82	-158.929,59	-2,53%

Fundos Próprios

Fundos Próprios	2010	2011	Comparação	%
Património	350.737.605,03	485.809.045,38	135.071.440,35	38,51%
Reservas	87.786.427,17	88.541.311,45	754.884,28	0,86%
Resultado Transitados	602.902.473,92	610.612.624,63	7.710.150,71	1,28%
RL	12.315.353,30	9.673.393,49	-2.641.959,81	-21,45%
Total dos Fundos Próprios	1.053.741.859,42	1.194.636.374,95	140.894.515,53	13,37%

Os Fundos Próprios totalizam 1,2 mil M€, mais 141 M€ do que em relação ao ano transacto.



O aumento de 135M€ na rubrica referente ao património deve-se a essencialmente a correções relativas a exercícios anteriores, mais exatamente a transferência da conta 59.2.01 de resultados transitados/correções relativas a exercícios para a conta 51 referente a registos do 1º e 2º semestre de 2011.

O aumento dos resultados transitados em +7,7M€ decorre da aplicação dos resultados líquidos de 2010 e das correções e regularizações desenvolvidas.


Resultados transitados	
Aplicação do Resultado Líquido	
Exercício 2004	6.339.486,97
Exercício 2005	8.959.805,52
Exercício 2006	11.640.291,08
Exercício 2007	31.440.818,08
Exercício 2008	9.373.737,59
Exercício 2009	14.304.622,00
Exercício 2010	11.699.585,63
Correcções relativas a exercícios anteriores	
Outras regularizações (correções)	545.463.521,76
Total dos Resultados transitados	610.612.624,63

As reservas decorrentes da transferência de activos não sofreram alterações. Estas respeitam à transferência de bens móveis e imóveis da Simtejo, SA para a Câmara Municipal.

Análise Económica e Financeira


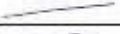

A análise financeira através do método dos rácios e dos indicadores consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de contas do balanço e da demonstração de resultados. A seleção e os ajustamentos entre os diferentes dados disponíveis, são os mesmos que foram usados pela Inspeção Geral de Finanças.

Liquidez

Liquidez	2008	2009	2010	2011	Grafico
Disponibilidades	13.224.084,77	4.547.589,07	4.084.105,61	3.192.322,90	
Dívidas a receber de CP	14.961.852,78	10.706.432,74	8.343.446,72	12.582.586,72	
Dívidas a pagar de CP	19.689.374,88	29.302.603,90	30.596.255,65	32.856.253,56	
Total	8.496.562,67	-14.048.582,09	-18.168.703,32	-17.081.343,94	

Em 2011 e comparativamente a período homólogo a liquidez subiu cerca de 1M€, tendo passado para -17M€.

Capacidade de solvência

Capacidade de solvência	2008	2009	2010	2011	Grafico
Receitas totais do ano anterior	119.822.238,00	121.734.782,00	130.448.124,11	108.403.814,55	
Dívidas a fornecedores	20.317.614,01	25.009.663,10	27.569.371,36	30.439.022,58	
Total	99.504.623,99	96.725.118,90	102.878.752,75	77.964.791,97	

A capacidade de solvência da autarquia face ao disposto no artigo 41º da Lei das Finanças Locais resume-se ao quadro anterior. Comparativamente a 2010 as receitas totais do ano anterior diminuíram 22M€, enquanto as dívidas a fornecedores aumentam 2,9M€.

Endividamento Líquido Global

Dívidas a receber	14.752.805,93		
Disponibilidades	3.192.322,90	Dívidas a pagar (CP + MLP)	81.976.314,50
Total	17.945.128,83		
Endividamento Líquido	64.031.185,67		


Rácios económico-financeiros

	2009	2010	2011	Graf.
Rácios de Liquidez *				
Liquidez Geral	54,39%	42,05%	49,31%	
Liquidez Reduzida	53,58%	41,51%	48,88%	
Liquidez Imediata				
Rácios de Alavanca Financeira				
Endividamento	16,80%	13,39%	13,81%	
Estrutura de endividamento	34,38%	33,61%	25,66%	
Rácios Solvabilidade e Autonomia				
Autonomia financeira	5,953	7,471	7,241	
capacidade de endividamento de MLP	0,065	0,049	0,039	
Cob.imob.pelos cap.permanentes	0,920	0,929	0,931	
PMR (prazo médio de recebimentos)	36	39	43	

O rácio de liquidez geral é um rácio financeiro que mede a capacidade que a autarquia tem de fazer face às suas responsabilidades de curto prazo, constituindo por isso um teste de solvabilidade de curto prazo.

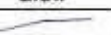

Quanto mais elevado este rácio, maior a solvabilidade de curto prazo, é desejável que o rácio ultrapasse pelo menos o valor de 1, significando que a empresa tem pelo menos activos líquidos para fazer face às responsabilidades de curto prazo. Quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Rácio de liquidez reduzida é em tudo idêntico ao da liquidez geral, exceto no seu grau de exigência, dado que neste no rácio assume-se que as existências serão difíceis de converter em dinheiro rapidamente, ou pelo valor que constam no Balanço.

	2009	2010	2011	Graf.
Solvabilidade	5,0	6,5	6,2	

Ligeira redução do grau de solvabilidade de em relação ao ano transato, e que decorrem do aumento do valor do passivo.

Este rácio é um rácio financeiro que indica a proporção relativa dos ativos do município financiados por fundos próprios versus financiados por capitais alheios. Quanto mais elevado este rácio, maior a estabilidade financeira, quanto mais baixo, maior a vulnerabilidade.

Imobilizações	2009	2010	2011	Graf.
Indicador da Imobiliz.(capitais permanentes/imob.liquido)	92,02%	92,92%	93,05%	
Indicador da Imobiliz.(capitais alheios CP/imob.liquido)	3,12%	2,56%	2,46%	

O grau de cobertura do imobilizado aumentou devido ao peso dos capitais permanentes.

Endividamento	2009	2010	2011	Graf.
Endividamento (passivo/ativo liquido)	16,80%	13,51%	10,47%	
Estrutura de endividamento (dividas MLP/passivo)	34,38%	33,61%	33,84%	
Estrutura de endividamento (dividas CP/passivo)	17,95%	18,79%	22,63%	

O endividamento mede o peso dos capitais alheios no financiamento das atividades da autarquia. Quanto menor for o valor, tanto menor será a dependência da Câmara face ao financiamento externo.

Saneamento e Reequilíbrio Financeiro

Os dados doravante apresentados são os que se encontram registados na ficha do município na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais).

Nos termos do n.º 4 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março "Constituem fundamentos da necessidade de recurso a empréstimo para saneamento financeiro o preenchimento de uma das seguintes situações":

Saneamento Financeiro	2010	Verificação		2011	Verificação	
Endividamento líquido a 31/12	7.178.624	10,5%	< 125%	11.744.688	16,9%	< 125%
Receitas relevantes para o cálculo do limite (art. 37º LFI)	68.514.934			69.305.844		
Dívidas a fornecedores a 31/12	31.062.885	21,8%	< 40%	32.103.027	28,7%	< 40%
Receitas totais do ano anterior	142.720.298			111.704.801		
Passivos financeiros do município a 31/12	91.610.379	82,0%	< 200%	90.144.587	130,1%	< 200%
Receita total de 2011	111.704.801			69.305.844		
PMP (inferior a 6 meses)	42	Não ultrapassado		60	Não ultrapassado	

Nos termos do artigo 8.º "A situação de desequilíbrio financeiro estrutural ou de ruptura financeira pode ser declarada pela assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, quando se verificarem pelo menos três das seguintes situações:

Reequilíbrio Financeiro	2010	Verificação		2011	Verificação	
Capital em dívida do FIMP (relevante p/ limite) 31/12	20.829.332	30,4%	< 125%	21.321.306	30,8%	< 125%
Receitas relevantes para o cálculo do limite (art. 37º LFI)	68.514.934			69.305.844		
Endividamento líquido a 31/12	7.178.624	10,5%	< 175%	11.744.688	16,9%	< 175%
Receitas relevantes para o cálculo do limite (art. 37º LFI)	68.514.934			69.305.844		
Dívidas a fornecedores a 2010/12/31 e 2011/09/30	31.062.885	21,8%	< 50%	32.103.027	28,7%	< 50%
Receita total ano anterior	142.720.298			111.704.801		
Passivos financeiros do Município a 31/12	91.610.379	82,0%	< 300%	90.144.587	130,1%	< 300%
Receita total de 2011	111.704.801			69.305.844		
PMP (inferior a 6 meses)	42	Não ultrapassado		60	Não ultrapassado	
Violação das obrigações de redução dos limites de endividamento previstas no n.º 2 do artigo 37.º e no n.º 3 do artigo 39.º, ambos da LFI		Não aplicável			Não aplicável	

Desta forma podemos concluir que nos termos do Decreto-Lei n.º38/2008 de 7 de Março o Município a 31 de Dezembro não se encontra em situação de desequilíbrio financeiro conjuntural nem estrutural.

Nos termos do nº 9 do artigo 36.º da Lei das Finanças Locais concluímos que os débitos a terceiros não ultrapassam, por credor ou fornecedor, em 31 de Dezembro de cada ano, um terço do montante global dos créditos de idêntica natureza há mais de seis meses.